

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	8
5.3 - Descrição - Controles Internos	10
5.4 - Programa de Integridade	14
5.5 - Alterações significativas	18
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	19

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	20
10.2 - Resultado operacional e financeiro	44
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	46
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	49
10.5 - Políticas contábeis críticas	51
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	57
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	59
10.8 - Plano de Negócios	60
10.9 - Outros fatores com influência relevante	62

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 Política de gerenciamento de riscos

- a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política*

A Política de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2018, tendo sido alterada pela última vez em 06 de fevereiro de 2020 (“Política de Gestão de Riscos”).

- b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:*
- i. os riscos para os quais se busca proteção*
 - ii. os instrumentos utilizados para proteção*
 - iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos*

A Política de Gestão de Riscos tem o objetivo de estabelecer princípios, conceitos, diretrizes e responsabilidades sobre o processo de gestão de riscos da Companhia e suas controladas. Visa, também, orientar o funcionamento dos processos de estabelecimento de contexto, identificação dos riscos, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades das unidades, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões estratégicas e em conformidade com as melhores práticas de mercado.

Os principais riscos que a Companhia busca proteção são:

- a) **Estratégicos:** Riscos que afetam a estratégia ou os objetivos estratégicos da Companhia. Estão ligados a cenários de incertezas e/ou oportunidades e estão no foco prioritário da alta administração.
- b) **Operacionais:** Riscos decorrentes da inadequação ou falha na gestão de processos internos, de pessoas ou tecnologias que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos.
- c) **Compliance:** Riscos que estão dentro do contexto legal ou regulatório, ligados à corrupção pública ou privada, crimes e a fraudes.
- d) **Tecnologia da Informação (TI):** Riscos relacionados ao uso, operação e influência da tecnologia da informação dentro da Companhia que possam gerar vulnerabilidades que uma vez exploradas afetam a operação e resultados da Companhia.

O processo de gestão de riscos na Companhia é conhecido como ERM (*Enterprise Risk Management*) e tem início em reunião anual de apresentação/atualização para os CEOs e Diretores Executivos de cada unidade de negócio. Contempla a captura e entendimento dos objetivos estratégicos de curto e longo prazo da Companhia e de suas controladas e o ambiente em que esses objetivos são perseguidos. Este “estabelecimento do contexto” é uma etapa fundamental para garantir que o processo de gestão de riscos esteja alinhado aos ciclos de gestão e de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

planejamento estratégico de curto e longo prazo da Companhia, identificando assim as suas capacidades e tolerâncias para maior amadurecimento dos conceitos de gestão de riscos.

A abordagem de identificação de riscos para o ERM na Companhia é *top-down*, partindo de entrevistas com os diretores e principais executivos da Companhia e de cada uma de suas controladas, tendo em vista os principais processos pelos quais são responsáveis. O produto da identificação é uma lista abrangente de riscos baseada nos eventos que possam ameaçar a realização dos objetivos de cada unidade de negócio e consequentemente da Companhia. Nesta etapa também deve ser definido o dono e o responsável por cada um dos riscos identificados, assim como uma descrição que orientará as próximas etapas do mapeamento.

A análise de riscos é conduzida em seguida e consiste na definição das causas e níveis de probabilidade e impacto dos riscos, classificando os fatores agravantes desses riscos, para gerar uma lista de riscos abrangente e relevante para prosseguir com o mapeamento.

A fase de avaliação dos riscos e de seus potenciais de materialização é realizada com o suporte da alta administração, dos executivos e dos líderes de processos da Companhia. Os eventos são avaliados dentro das perspectivas de probabilidade ou frequência e impactos, buscando variáveis para combinar métodos de avaliação qualitativos e quantitativos. Combinando todas as variáveis de avaliação, é definida a criticidade dos riscos identificados, permitindo a construção de um mapa de priorização (da maior exposição para a menor exposição).

A fase de tratamento de riscos envolve a identificação, formalização e implementação de um ou mais planos de ação para mitigar os fatores de risco, que não possuem iniciativas de mitigação efetivas. Para cada ação, é imprescindível que seja definido um responsável e um cronograma de implementação. O objetivo é que, uma vez concluídos, os planos de ação gerem novas iniciativas de mitigação ou melhorem as existentes, consequentemente, reduzindo o nível de risco residual. As alternativas possíveis para tratamento dos riscos são:

- (a) Reduzir ou mitigar a probabilidade e/ou o impacto de um risco até um nível aceitável, de acordo com o apetite a riscos da Companhia;
- (b) Eliminar o fator de risco, eliminando o processo ou o projeto que o gera;
- (c) Transferir ou compartilhar parte do risco com terceiros;
- (d) Aceitá-lo.

O monitoramento dos riscos é feito através do acompanhamento dos planos de ação estabelecidos junto às áreas de negócio, mas principalmente através do acompanhamento dos indicadores de riscos (KRIs). O monitoramento do status dos planos de ação é realizado pelas unidades de negócio de acordo com as responsabilidades definidas na Política de Riscos com periodicidade que pode variar de mensal, bimestral, trimestral, semestral, chegando até a anual, dependendo das necessidades de gestão de risco de maneira a atender o fluxo de validações que resulta na apresentação para o CEO de cada unidade de negócio e para o Comitê de Auditoria da Companhia. Os riscos priorizados de cada unidade de negócio são monitorados a partir dos status dos planos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

de ação, refletindo a comparação entre redução de risco planejada e a realizada. Já o monitoramento do chamado nível de exposição via KRI vincula os indicadores preferencialmente às causas do risco, sejam elas internas (indicadores de realização das iniciativas de mitigação) ou externas (indicadores de tendência).

Em conjunto com a área de comunicação interna, a disseminação da cultura de gestão de riscos é realizada continuamente através da divulgação da Política de Gestão de Riscos, bem como de treinamentos na Companhia, quando necessários, além de apresentações periódicas dos resultados aos donos dos riscos, bem como aos principais fóruns de gestão da Companhia, como o Comitê Executivo, o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração.

Adicionalmente, a Companhia compartilha metodologia de classificação e tratamento dos riscos atualmente adotada pela área de Gestão de Riscos do seu controlador, Casino, pelo qual foram identificados os 10 principais na visão dos executivos da Companhia.

A estrutura de governança em riscos e as suas respectivas responsabilidades são, dentre outras, como segue:

(a) Conselho de Administração:

- Estabelecer as diretrizes gerais de riscos alinhadas ao contexto de negócio e do ciclo de planejamento estratégico;
- Estabelecer através da capacidade e tolerância da Companhia os limites aceitáveis de risco que a Companhia está disposta a aceitar, de acordo com a relação risco / retorno / para atingir seus objetivos (“Apetite a Riscos”);
- Avaliar, deliberar e aprovar a matriz de riscos estratégicos e priorizados alinhados ao Apetite a Riscos;
- Influenciar e patrocinar dentro dos fóruns de gestão o monitoramento dos riscos prioritários;
- Influenciar e patrocinar a cultura de riscos dentro da Companhia;
- Avaliar, anualmente, a suficiência da estrutura e do orçamento da área de Auditoria Interna para o desempenho das suas funções;
- Revisar e aprovar as definições gerais das estratégias de gestão de riscos; e
- Aprovar a Política de Gestão de Riscos, suas evoluções e revisões futuras.

(b) Comitê de Auditoria:

- Acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
 - Propor aos fóruns elegíveis definições e diretrizes para compor o modelo de gestão de riscos dentro da Companhia;
 - Acompanhar e apoiar o processo de gestão de riscos na definição dos riscos prioritários alinhados ao contexto de negócio e as diretrizes do Conselho de Administração;
 - Supervisionar as atividades de gestão de riscos seguindo o cumprimento das legislações, das políticas, normas e procedimentos internos da Companhia;
 - Avaliar, monitorar e informar periodicamente ao Conselho de Administração sobre os riscos prioritários identificados pelas revisões das áreas de gestão de riscos auxiliando na avaliação dos planos de ação e recomendações;
 - Avaliar, aprovar e acompanhar a execução do tratamento e monitoramento dos riscos priorizados;
 - Avaliar, aprovar e recomendar à Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia;
 - Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia;
 - Recomendar ao CA a contratação de auditores independentes para o exame das demonstrações financeiras e avaliar adequação de propostas de trabalhos que não sejam de auditoria das DFs pelos auditores independentes.
- (c) Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade:
- Elaborar o planejamento e assegurar a operacionalização da gestão de riscos, considerando todas as dimensões da estrutura definida, englobando atividades estratégicas, táticas e operacionais da Companhia;
 - Assessorar o Conselho de Administração na aplicação da metodologia de gestão de riscos na Companhia;
 - Apoiar o Conselho de Administração na definição do Apetite de Risco e na definição dos riscos prioritários da Companhia;
 - Apoiar a Companhia na análise e aprovação da estratégia de gestão de risco;
 - Assessorar o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração sobre os níveis de exposições dos riscos;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Avaliar a eficácia do processo de gestão de risco na Companhia; e
 - Identificar os riscos decorrentes das mudanças estratégicas e diretivas da Companhia sob decisão do Conselho de Administração.
- (d) Diretoria Executiva (DIREX):
- Promover a integração e a cultura de riscos na Companhia e nos ciclos de gestão e planejamento estratégico;
 - Garantir a implantação de um modelo eficiente de gestão de riscos, alinhado aos objetivos de negócios e metas de negócio. Aplicar as diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração para atribuir o nível de Apetite a Risco aceitável para a Companhia;
 - Acompanhar os riscos gerenciados no nível de cada processo e operações para garantir a efetividade das medidas de controle;
 - Participar dos rituais de validações e priorização dos riscos da Companhia.
 - Acompanhar os KRIs, indicadores-chaves de performance e as estratégias de mitigação dos riscos prioritários;
 - Avaliar e monitorar o tratamento dos riscos de negócio alinhados à execução do planejamento estratégico;
 - Avaliar e cumprir, tempestivamente, a eficácia a aplicabilidade das diretrizes da Política de Gestão de Riscos; e
 - Avaliar e apoiar as adequações da estrutura destinada ao processo de gerenciamento, considerando recursos humanos, financeiros e tecnológicos.
- (e) Diretoria de Gestão de Riscos:
- Definir e evoluir a metodologia de gestão de riscos alinhada à cadeia de valor e integrada dentro de toda a Companhia;
 - Gerir o ciclo do processo de gestão de riscos na Companhia cobrindo todas as unidades de negócio;
 - Garantir a gestão do fluxo de informações dentro de todas as unidades de negócio alinhada aos conceitos, a metodologia e aos prazos estabelecidos a cada ciclo de gestão de riscos;
 - Apoiar as unidades de negócio no ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos para auxiliá-los na redução dos níveis de exposição

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

dos riscos;

- Gerir a matriz de riscos priorizados, comunicando dentro dos principais fóruns de gestão seus status e níveis de exposições; e
- Suportar as áreas de negócio na identificação e avaliação do impacto dos riscos.

(f) **Dono do risco:** É o principal responsável pela gestão do risco e responde pelo status do mesmo. Estão sob sua responsabilidade as seguintes funções:

- Identificar, classificar e gerenciar os riscos das respectivas áreas de acordo com as estratégias de mitigação, em conjunto com a Diretoria de gestão de riscos;
- Indicar o profissional que responderá como facilitador na gestão do risco junto a Diretoria de gestão de risco;
- Assegurar a implementação dos planos de ação e acompanhamento dos KPIs; e
- Prestar contas dos níveis de exposição, dos planos de ações e dos indicadores que descrevem o status do risco residual para os fóruns de governança e gestão.

(g) **Facilitador/Responsável:** É o detentor do conhecimento técnico a respeito do risco e o principal responsável pela atualização das informações do mapeamento e tratamento dos riscos. Estão sob sua responsabilidade as seguintes funções:

- Deter o conhecimento técnico dos processos no qual os riscos estão inseridos;
- Ser o responsável pela atualização das informações do mapeamento e tratamento dos riscos da sua unidade de negócio;
- Manter as informações atualizadas tempestivamente, respeitando o calendário de planejamento do ciclo de gestão de riscos; e
- Monitorar o status dos planos de ação junto aos responsáveis pela implementação dos dispositivos de controles.

(h) **Auditoria Interna:**

- Aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia;
- Identificar e apontar oportunidades de melhorias nos processos de controle internos e de gestão de risco;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Auditar as informações e controles relacionados aos KRIs e indicadores-chaves de performance desenvolvidos e monitorados pelas áreas funcionais; e
- Reportar periodicamente ao COAUD e aos seus clientes auditados os resultados de avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade da Gestão de Riscos na empresa.

(i) Colaboradores:

- Assegurar a operacionalização da gestão de riscos, fazendo parte do processo de identificação, avaliação e mensuração, implementando ações preventivas e corretivas; e
- Participar de treinamentos que permitam a disseminação de forma consciente da cultura de Gestão de Riscos.

(j) Auditoria Externa: Tem por missão profissional avaliar a qualidade dos controles internos voltados para o preparo de demonstrações financeiras, reportando à Companhia as fragilidades em tais controles, se encontrarem.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A área de Controles Internos e Gestão de Riscos revisa periodicamente os processos da Companhia, avaliando os riscos inerentes a estes processos, e mantém uma matriz de riscos e controles com as devidas validações por partes das gestões das áreas de negócio e da Administração, a qual é submetida, anualmente, para avaliação de procedimentos de auditoria interna e externa, além de trabalhar em cooperação com a auditoria interna nos assuntos internos da Companhia. Para maiores detalhes sobre o histórico da estrutura da área de Controles Internos, vide item 5.3 deste Formulário de Referência.

O Conselho de Administração deverá, anualmente, avaliar a suficiência da estrutura e orçamento da auditoria interna para o desempenho de suas funções.

A Administração da Companhia acredita que, atualmente, a estrutura, metodologia e procedimentos de controles internos adotados são adequados para verificar a efetividade da Política de Gestão de Riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 Política de gerenciamento de riscos de mercado**

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Política de Aplicação, Captação e Câmbio, que define as principais estratégias a serem adotadas pela Companhia para mitigar os riscos de mercado, foi criada em 07 de agosto de 2006, e vem sendo revisada anualmente por sua estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias obtêm empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras para atender às necessidades de caixa para suportar os investimentos. Consequentemente, a Companhia e suas subsidiárias estão expostas, principalmente, ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente a taxa relativa à parte passiva das operações com derivativos (*hedge* de exposição cambial) e às dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de flutuações na taxa de juros.

Risco da taxa de câmbio

As flutuações nas taxas de câmbio podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira, por isso a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como *swaps*, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.

O Grupo Éxito, recém adquirido pela Companhia, utiliza derivativos como proteção para variação cambial sobre importações.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A estrutura de proteção da exposição cambial (*hedge*) adotada pela Companhia é a associação de um contrato de swap ou forwards em que a posição dada (ponta ativa) é idêntica à remuneração do contrato de captação acrescida de custos acessórios, tais como IR e custos de estruturação, ou seja, indexada à variação cambial e a uma taxa anual de juros pré-fixada ou Libor + spread. A posição tomada, neste mesmo contrato, está indexada à variação de um percentual da Taxa DI.

Em todas as situações, a operação em moeda estrangeira somente poderá ser contratada se for possível realizar tal operação de *swap* em condições que a Companhia considerar favoráveis e observando o fluxo total da operação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A estrutura de *hedge* busca neutralizar a variação da cotação da moeda estrangeira ao longo da operação. O instrumento financeiro derivativo, associado a esta estrutura, destina-se a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto da operação.

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Contratos de *swap* ou *forwards* de taxas de juros e taxas de câmbio no mercado local são os instrumentos utilizados para a proteção patrimonial da Companhia.

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

De acordo com o disposto nos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB e CPC, os instrumentos financeiros devem ser marcados a mercado e contabilizados por este valor.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros é calculado por meio da atualização do valor nominal pelas taxas do mercado futuro até a data de vencimento embutindo o spread da operação e descontando a valor presente pelas taxas de mercado.

Para este cálculo, a Companhia utiliza uma curva da Taxa DI projetada e uma curva de dólar futuro projetado, obtido junto à B3.

A apuração da efetividade é feita por meio da comparação da variação entre valor de mercado da dívida (objeto de *hedge*) e da posição ativa do contrato de *swap* (instrumento de *hedge*). O cálculo foi efetuado em bases contínuas e, em 31 de dezembro de 2019, o *hedge* se mostrou eficaz, uma vez que a variação ficou próxima a 100%.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não contrata instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção do risco patrimonial.

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

O Conselho de Administração é responsável por avaliar matrizes de riscos estratégicos e priorizados, enquanto a Diretoria é responsável por gerenciar tal exposição, de acordo com os limites e critérios estabelecidos na Política de Aplicação, Captação e Câmbio, assim como de utilização de instrumentos de proteção patrimonial. O Comitê de Auditoria e o Comitê de Finanças supervisionam as atividades da Diretoria Executiva, bem como o cumprimento desta política.

c) adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Administração avaliou a efetividade do ambiente de controles internos e concluiu que a estrutura, metodologia e procedimentos são adequados para verificar a efetividade da Política de Aplicação, Captação e Câmbio.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia, com o objetivo de manter o adequado monitoramento do ambiente de controles internos atrelados aos processos operacionais e financeiros, possui a seguinte estrutura:

- (a) Diretoria de Gestão de Riscos, a qual é responsável pela identificação, avaliação e monitoramento dos riscos corporativos junto aos administradores e diretores;
- (b) Área de *Compliance* para promover a cultura da ética, integridade com base nas melhores práticas de mercado visando a prevenção, detecção e resposta, identificando os riscos de *Compliance* existentes e desenvolvendo planos de ação junto às áreas de negócios, visando mitigar os riscos reputacionais e de perdas financeiras relevantes para a Companhia (p.ex: condução de treinamentos, incluindo sobre a Lei Anticorrupção, para colaboradores, alta administração e fornecedores, revisão e implementação de políticas e controles, análise de risco de fornecedores, etc). ;
- (c) Área de segurança da informação que cria políticas e monitora a proteção do ambiente tecnológico;
- (d) Área de prevenção de perdas responsável pelo monitoramento e controle de estoque;
- (e) Área de controles internos responsável pela inclusão e guarda dos controles, além da avaliação dos riscos dos processos operacionais, financeiros, tecnológicos e que fazem parte do escopo de avaliação da regulamentação SOX para atendimento dos requerimentos de empresas listadas na NYSE; e
- (f) Auditoria interna que é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia.

A Administração da Companhia acredita que os procedimentos e controles internos adotados são adequados e suficientes para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, as demonstrações financeiras da Companhia apresentam adequadamente o resultado de suas operações e sua situação patrimonial e financeira nas respectivas datas. A área de Controles Internos é responsável por coordenar e monitorar os testes nos controles internos visando atendimento aos requisitos da Lei Sarbanes–Oxley (“SOx”), sendo esta gerida pela Diretoria de Contabilidade, que reporta o progresso e resultados dos testes para o Comitê de Auditoria. A área de *Compliance* da Companhia reporta ao Diretor Presidente, bem como é supervisionada pelo Comitê de Auditoria, com o intuito de garantir independência no exercício de suas atribuições. As áreas de Auditoria Interna, Riscos e Segurança da informação são geridas pela Diretoria de Auditoria Interna, também supervisionada pelo Comitê de Auditoria.

A Companhia adota a estrutura conceitual *do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* – Coso emitido em 2013 para desenhar e testar os controles para fins de SOx.

Vale mencionar, ainda, que cabe ao Comitê de Auditoria acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

Vide áreas apresentadas no primeiro parágrafo do item 5.3 (a).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos***c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento***

A área de auditoria interna, que se reporta ao Comitê de Auditoria, atua de forma independente e objetiva para aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia. O plano anual da auditoria é revisado e validado pela Presidência e Diretoria Executiva da Companhia, tendo o seu cumprimento supervisionado pelo Comitê de Auditoria.

A Diretoria de Gestão de Riscos, com o assessoramento das áreas internas da Companhia responsável por questões de compliance, controles internos e segurança da informação revisa periodicamente os processos da Companhia, avalia os riscos inerentes a estes processos e mantém uma matriz de riscos e controles com as devidas validações por partes das gestões das áreas de negócio e da administração, a qual é submetida, anualmente, para avaliação de procedimentos de auditoria interna.

A Administração contrata ainda uma firma de auditoria externa para efetuar os testes de controles sob supervisão da administração, de forma a suportar sua conclusão sobre os controles internos.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os seguintes pontos foram avaliados e reportados pelos auditores independentes da Companhia como deficiências significativas:

Deficiência no controle de monitoramento de componentes das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia

Observamos que este controle não foi desenhado com o nível de precisão adequado e suficiente para prevenir, detectar e corrigir distorções relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia de 31 dezembro de 2019. Embora não tenham sido detectadas distorções que pudessem impactar de maneira significativa as demonstrações financeiras das subsidiárias e/ou controladas em escopo do controle, tais como Sendas Distribuidora S.A. (“Sendas”) e Almacenes Éxito S.A. (“Exito”), o desenho do controle CO202 deve ser aprimorado para incorporar, por exemplo, uma revisão mais detalhada do balanço patrimonial e da demonstração do resultado de cada subsidiária e/ou controlada, contemplando atividades como análises desagregadas por conta, determinação de expectativas sobre variações no nível de conta desagregada e do nível de precisão (valores e percentuais) que requerem investigação adicional para variações acima do nível de precisão ora determinado.

Deficiências de controle no processo de gestão de acessos no ambiente de tecnologia da informação da Companhia

Durante a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI (“ITGC”) implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria, foram identificadas deficiências de controle, principalmente relacionadas aos acessos lógicos (gestão de acessos), segregação de funções e monitoramento das contas dos usuários.

Na avaliação dos auditores independentes, a combinação destas deficiências de controles internos no processo de concessão, revisão e revogação das contas e perfis de acesso aos sistemas de Tecnologia de Informação, representou uma deficiência significativa, que requerem a atenção dos responsáveis pela governança na Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Deficiência nos controles relacionados ao processo de combinação de negócios

O processo de combinação de negócios da Almacenes Exito S.A. (“Exito”), concluído ao final de novembro de 2019, representou uma transação significativa, não usual, entre partes relacionadas, que envolveu riscos específicos e impactos relevantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, incluindo divulgações e julgamentos significativos por parte da administração da Companhia.

A Companhia contratou empresa especializada para auxiliar no processo de avaliação dos ativos adquiridos e passivos assumidos de Éxito, necessária para determinação do valor do ágio decorrente da alocação do preço de aquisição. Conforme divulgado na nota explicativa 13 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, tal processo, incluindo os resultados dos trabalhos desenvolvidos pela empresa especializada, não estava completo naquela data.

Observamos que a documentação elaborada pela administração da Companhia não contemplava todas as evidências necessárias para confirmar a eficácia operacional dos controles desenhados para: (i) assegurar que todos os ativos adquiridos e passivos assumidos foram adequadamente identificados e integralmente avaliados ao seu valor justo, na data da aquisição, incluindo a avaliação da adequação do escopo e dos resultados dos trabalhos da empresa especializada contratada pela Companhia e (ii) mitigar os riscos envolvidos no processo, tais como eventuais erros nas premissas relevantes utilizadas nas projeções financeiras, base para a determinação do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Deficiência no controle de monitoramento de componentes das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia

A aquisição do controle societário de Éxito foi concretizado em novembro de 2019, tendo sido agregados os resultados do mês de dezembro de 2019, bem como os saldos das demonstrações financeiras daquela empresa nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia de 31 de dezembro de 2019. Desde a referida aquisição a Administração implantou uma série de procedimentos para aprimorar os seus controles internos e tem acompanhado à míude os resultados apresentados por dito investimento.

No que se refere ao outro investimento relevante da Companhia, qual seja Sendas, a Administração, da mesma forma, tem indicado e acompanhado nos últimos anos a implantação de melhorias [significativas] nos controles internos daquela companhia. Por fim, a Administração debateu com seus auditores externos e está de acordo que a partir da controladora, o citado controle C0202 pode sofrer aprimoramentos com vistas a atender as melhorias indicadas por seus auditores externos, situação que está sendo conduzida no ano de 2020

Deficiências de controle no processo de gestão de acessos no ambiente de tecnologia da informação da Companhia

A Companhia tem envidado esforços significativos nos últimos anos em seus controles relacionados ao ambiente de tecnologia, no entanto, foram observadas deficiências pontuais devido a execução manual de tais controles. Vale salientar ainda que tais deficiências de nenhuma forma comprometeram a operação, integridade dos dados ou eficiência dos sistemas da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Adicionalmente, a Companhia continuará o processo de melhora dos seus controles, inclusive, está atualmente em processo de implementação de ferramentas, que se encerrará durante o ano de 2020, que aprimorarão significativamente os controles sobre a concessão de acessos dos usuários aos sistemas informatizados da Companhia.

Deficiência nos controles relacionados ao processo de combinação de negócios

Para todos aqueles ativos e passivos de Êxito que já haviam sido adequadamente identificados e avaliados entre a data de aquisição do investimento e a data da divulgação das demonstrações financeiras consolidadas do GPA, decorrente do trabalho em curso realizado pela empresa especializada contratada, as alocações do preço de compra foram devidamente feitas na ocasião do fechamento de 31 de dezembro de 2019.

O trabalho continuou sendo realizado posteriormente, pela empresa especializada, por que a aquisição representou a assunção de negócios e diferentes ativos localizados em três países, inclusive diversos ativos imobiliários, dentre outros atrelados à dita aquisição, que requerem, por sua natureza, tempo para serem adequadamente avaliados e precificados. O trabalho permanece em curso e será concluído na menor brevidade possível, ainda em 2020.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia possui Programa de Integridade estruturado nos termos da Lei nº 12.846/13, Decreto nº 8.420/15, Portarias da Controladoria Geral da União e outras regulamentações correlatas, supervisionado periodicamente pelo Conselho de Administração, via Comitê de Auditoria e pela Diretoria Executiva.

Dentre os principais mecanismos e procedimentos adotados, destacam-se:

- a. Código de Ética, com as principais diretrizes da Companhia, relacionadas à condução dos negócios e relacionamento com Poder Público, parceiros comerciais e os colaboradores;
- b. Adoção de diversas políticas e procedimentos, com destaque para: Anticorrupção; Conflito de Interesses; Doações, Contribuições e Patrocínios; Acionamento e Apuração da Ouvidoria; Consequências e Medidas Disciplinares; Brindes, Presentes, Viagens e Entretenimento; Gestão do Comitê de Ética; Análise de Risco de Terceiros; Relacionamento e Acordos com o Poder Público; Atendimento a Fiscalização e Tratamento de Documentos Oficiais;
- c. Comitê de Ética Corporativo, composto pelo Diretor Presidente da Companhia, pelo Diretor Vice-Presidente de Finanças da Companhia e pelos presidentes das Unidades de Negócios;
- d. Comitês de Ética das Unidades de Negócios, composto pelo presidente da respectiva Unidade de Negócio e seus subordinados;
- e. Área de Compliance dedicada à estruturação, prevenção, detecção, monitoramento e aprimoramento constante do Programa de Integridade com reporte ao Diretor Presidente;
- f. Treinamentos periódicos acerca do Código de Ética, Lei Anticorrupção e outras regulamentações correlatas, políticas e procedimentos internos, realizados presencialmente e via *e-learning*, divididos por tema e abrangência, conforme o público alvo;
- g. Canal de Ouvidoria, responsável por esclarecimento de dúvidas, recebimento de reclamações e/ou denúncias internas e externas, assim como pela gestão do processo de apuração por áreas específicas; e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

h. Avaliação periódica de fornecedores de serviços de acordo com a análise de risco das atividades econômicas, com foco no histórico reputacional.

A Companhia realiza, a cada dois anos, a análise de riscos com foco na Lei Anticorrupção e avaliação do Programa de Integridade da Corporação e de suas Unidades de Negócio, como ferramenta para aprimorar o seu programa de Compliance.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

As seguintes áreas da Companhia são envolvidas diretamente na supervisão, monitoramento e funcionamento do Programa de Integridade, tendo suas atribuições definidas por políticas internas:

a. Conselho de Administração, via Comitê de Auditoria: é responsável pela supervisão do Programa de Integridade;

b. Comitê de Ética Corporativo e Comitês de Ética das Unidades de Negócios: tem como principal atribuição zelar pelo cumprimento das diretrizes estabelecidas no Código de Ética da Companhia, incluindo análises de suspeita de corrupção, fraude ou outras violações ao Código de Ética ou Política Anticorrupção por parte de colaboradores, fornecedores, prestadores de serviço e agentes intermediários, para definição dos procedimentos a serem adotados. Em sua atuação os Comitês de Ética podem contar com a contribuição eventual da ouvidoria e dos departamentos de recursos humanos, *compliance*, auditoria e jurídico;

c. *Compliance*: área dedicada à estruturação, monitoramento e aprimoramento constante do Programa de Integridade, com reporte ao Diretor Presidente;

d. Ouvidoria: área responsável por receber as denúncias envolvendo violações ao Código de Ética, políticas e procedimentos internos, bem como violações à legislação vigente por colaboradores, fornecedores e clientes, ou qualquer parte interessada, independentemente do cargo ou situação de quem tenha praticado a violação e envio para apuração de áreas específicas. A Ouvidoria também acompanha a conclusão das apurações e planos de ação gerados para mitigar os riscos, medidas corretivas e disciplinares e reporta periodicamente os seus indicadores ao Comitê de Ética e ao Comitê de Auditoria da Companhia;

e. Áreas Apuradoras: possuem a atribuição de apurar a procedência das ocorrências reportadas à Ouvidoria;

f. Auditoria Interna: realiza a auditoria do Programa de Integridade, apontando necessidade de melhorias nos processos, políticas e procedimentos. Reporte ao Diretor Presidente; e

g. SC – Serviços Compartilhados: é responsável pela análise preliminar dos fornecedores de acordo com o risco das atividades econômicas desempenhadas, nos termos do Procedimento de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Análise de Risco de Terceiros. A área de Serviços Compartilhados reporta ao Diretor Vice-Presidente de Finanças.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**
- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**
- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**
- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética do GPA se aplica a Administradores e colaboradores da Companhia, bem como a parceiros comerciais, tais como fornecedores, prestadores de serviço e agentes intermediários.

A última versão do Código foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 06 de fevereiro de 2020. O Código de Ética da Companhia e a Política Anticorrupção podem ser acessados em <http://www.gpabr.com/pt/etica-e-compliance/>.

A alta administração e os colaboradores são treinados periodicamente acerca das diretrizes do Código de Ética, Lei Anticorrupção e regulamentações correlatas, além de políticas e procedimentos internos da Companhia. Os treinamentos são realizados presencialmente e via *e-learning*, divididos por tema e abrangência, conforme o público alvo.

A Política de Consequências e Medidas Disciplinares estabelece as sanções aplicáveis no caso de violação ao Código de Ética da Companhia, políticas e procedimentos internos. Essas sanções consistem em medidas disciplinares educativas (advertência e suspensão) ou punitivas de rompimento contratual, e desligamento dos colaboradores envolvidos, por justa causa.

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**
- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**
- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**
- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A Companhia possui canal de denúncias sob a responsabilidade da Ouvidoria, área com reporte ao Comitê de Ética. O canal está apto a receber denúncias internas e externas, de forma anônima, de colaboradores, de clientes, parceiros comerciais e ou qualquer outro público de relacionamento da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A Ouvidoria é responsável pelo recebimento das ocorrências nos canais dedicados para cada Unidade de Negócio, bem como distribuição, para as Áreas Apuradoras, de ocorrências relacionadas à Ética, conforme o tema e políticas impactadas.

O Código de Ética da Companhia, legislações vigentes aplicadas no país e políticas internas relacionadas ao Programa de *Compliance* ou demais áreas estabelecem as premissas para recebimento de denúncias, que podem ser feitas de forma anônima, de modo a garantir a imparcialidade e equidade na apuração e aplicações de sanções, assim como impedir qualquer tipo de retaliação aos denunciantes.

c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando a identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia possui um procedimento de auditoria (*due diligence*) que visa cobrir todas as áreas da empresa alvo, que possam se refletir em risco e/ou benefício para a Companhia, bem como suas subsidiárias, afiliadas ou seus proprietários, acionistas, funcionários ou eventuais subcontratados, tais como: trabalhista, tributário, previdenciário, civil, societário, dentre outras. No seu escopo, está incluída a verificação de eventuais irregularidades e/ou ilícitos e existência de vulnerabilidades relacionadas à Lei Anticorrupção e regulamentações correlatas, no caso de operações de fusão, aquisições e reestruturações societárias, inclusive *joint ventures*.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, conforme respostas acima.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**5.5 Alterações significativas**

Não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, alterações significativas nos principais riscos de mercado os quais a Companhia está sujeita, tampouco na Política de Gerenciamento de Riscos que ela adotou.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**5.6 Outras informações relevantes**

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este item foram divulgadas nos itens acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

Introdução

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, emitidas em 19 de fevereiro de 2020 e republicadas em 27 de março de 2020, inclusive as Notas Explicativas, bem como outras informações financeiras contidas no presente documento.

Nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Brasileira de Distribuição (o “GPA” ou, ainda, a “Companhia”) referentes a 31 de dezembro de 2019, as atividades da Via Varejo S.A. (“Via Varejo”) foram tratadas como atividades descontinuadas até a conclusão da alienação da participação do GPA no capital da Via Varejo, que ocorreu em 14 de junho de 2019. Dessa forma, em 2019 a linha de operação descontinuada considera 5 meses de resultados da Via Varejo. Nos períodos anteriores a 2019, as vendas líquidas assim como as demais linhas do resultado foram ajustadas de forma retrospectiva a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme definido no CPC31, aprovado pela Deliberação CVM nº 598/09 – “Venda de ativo não circulante e operação descontinuada”, equivalente ao IFRS5.

Em consequência dos fatos acima, os comentários a seguir não incluem o desempenho da Via Varejo.

Em 27 de novembro de 2019, o GPA concluiu a aquisição de 96,57% do capital social da Almacenes Éxito S.A. (“Éxito”). Dessa forma, o resultado consolidado do GPA referente ao ano de 2019 considera um mês dos efeitos de Éxito e os saldos de balanço apresentam variação em função da primeira consolidação de Éxito.

O Grupo Éxito opera na Colômbia através das bandeiras Éxito, Carulla, Super Inter, Surtimax, Surtimayorista e Viva; na Argentina com a bandeira Libertad; e no Uruguai com as bandeiras Disco, Devoto e Géant.

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

No ano de 2019, o GPA fortaleceu a sua presença no mercado brasileiro como uma companhia multinegócios, multiformato e multirregião, como consequência da gestão estratégica do portfólio, do posicionamento e adequação da proposta de valor das bandeiras e da oferta de produtos e serviços alinhados às necessidades dos (as) seus (as) clientes. Com a conclusão do processo de alienação da participação na Via Varejo, o GPA concentrou 100% da sua operação no varejo alimentar. O GPA se estabeleceu como a maior companhia de varejo alimentar da América do Sul, incorporando o Grupo Éxito, que é líder do mercado varejista na Colômbia e com operações também no Uruguai e na Argentina.

A Companhia teve expansão acelerada de lojas do Assaí nos últimos anos, com destaque para o recorde de aberturas de 22 lojas em 2019, que resultou em um forte desempenho de vendas e expressiva evolução do lucro. No Multivarejo deu um grande passo na transformação do portfólio para maior aderência às demandas de mercado, através da reforma, conversão ou abertura de 122 lojas no ano. A Companhia também avançou no processo de transformação digital dos negócios,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

reforçando o pioneirismo do GPA em frentes como o e-commerce alimentar e os programas de fidelidade do Grupo, garantindo maior eficiência em busca de novas fontes de receita.

No ano de 2019, registrou importantes avanços, mesmo em meio a um cenário econômico desafiador e de consumo fortemente impactado pelos altos índices de desemprego: o faturamento bruto no Brasil teve um incremento de 10,2% em relação ao ano anterior, fechando 2019 em R\$ 59,1 bilhões. O faturamento consolidado do Grupo, considerando os resultados do Éxito no mês de dezembro, atingiu R\$ 61,5 bilhões no ano. Também registrou 7,9% de crescimento do EBITDA ajustado, que totalizou R\$ 4,0 bilhões, e R\$ 790 milhões de lucro líquido.

O nível de alavancagem atingiu 1,5x dívida líquida/EBITDA ajustado proforma, refletindo principalmente a captação de recursos destinados à aquisição do controle do Grupo Éxito. O maior patamar de alavancagem está em linha com o planejado pela Companhia e decorre da reestruturação da operação na América Latina, permanecendo em patamar adequado.

O patrimônio líquido totalizou R\$ 13,511 bilhões, aumento de R\$ 352 milhões.

Para maiores informações, vide item 10.1.h.

(b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações

(R\$ milhões)	GPA CONSOLIDADO					
	<u>31.12.2019</u>	<u>AV</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>AV</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>AV</u>
Passivo (Circulante e Não-Circulante)	44,480	76.7%	48,829	78.8%	43,706	78.2%
Total Patrimônio Líquido	13,511	23.3%	13,159	21.2%	12,156	21.8%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	57,991	100.0%	61,988	100.0%	55,862	100.0%

Acima demonstramos a composição da estrutura de capital do GPA para os períodos indicados, considerando como percentual de capital próprio o valor resultante do total do patrimônio líquido consolidado dividido pelo total do passivo (circulante e não circulante) e do patrimônio líquido, e como percentual de capital de terceiros o valor resultante do somatório do passivo circulante e não circulante dividido pelo total do passivo (circulante e não circulante) e do patrimônio líquido.

Endividamento

(R\$ milhões)	GPA Consolidado		
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Dívida de Curto Prazo	(3.415)	(1.941)	(1.250)
Empréstimos e Financiamentos	(1.129)	(873)	(770)
Debêntures	(2.287)	(1.068)	(481)
Dívida de Longo Prazo	(10.693)	(3.347)	(3.309)
Empréstimos e Financiamentos	(1.117)	(269)	(775)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Debêntures	(9.576)	(3.078)	(2.534)
Total da Dívida Bruta	(14.108)	(5.289)	(4.559)
Caixa e Aplicações Financeiras	7.954	4.369	3.792
Dívida Líquida	(6.154)	(919)	(767)
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	4.006	3.278	3.140
Carteira de Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados	66	96	402
Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados	(6.087)	(824)	(365)
Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados / EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	-1,5x	-0,3x	-0,1x

(1) EBITDA Ajustado Pré IFRS 16, acumulado dos últimos 12 meses. Para 2019, foi utilizado o EBITDA Ajustado pro forma, ou seja, considerando 12 meses de consolidação das operações do Grupo Éxito.

A Companhia encerrou 2019 com alavancagem de 1,52x dívida líquida/EBITDA ajustado pro forma, refletindo principalmente a captação de recursos destinados à aquisição do controle do Grupo Éxito (vs 0,25x em 2018). A dívida líquida ajustada pelo saldo de recebíveis não antecipados totalizou R\$ 6,1 bilhões em dezembro de 2019.

A posição de caixa contabilizou R\$ 7,9 bilhões e saldo de recebíveis não antecipados R\$ 66 milhões, somando R\$ 8,0 bilhões em disponibilidade de recursos. A Companhia ainda conta com R\$ 0,9 bilhão de linhas de crédito pré-aprovadas/confirmadas.

A dívida bruta aumentou R\$ 8,819 bilhões, totalizando R\$ 14,108 bilhões no período. Desse total, cerca de R\$ 7,1 bilhões referem-se à emissão de debêntures, com taxas de CDI + 1,60% a.a. a CDI + 2,20% a.a. e vencimento em 2020 a 2023 (1ª emissão de Sendas, em 4 séries) para aquisição do Éxito.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

A Diretoria acredita que o fluxo de caixa, bem como os recursos atualmente disponíveis garantem ao GPA plena capacidade de pagamento de todos os compromissos financeiros de curto e de longo prazo.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas pelo GPA

A captação de recursos em 2019, 2018 e 2017 foi realizada por meio de: (A) contratos financeiros que representam: (i) financiamentos denominados em reais com obrigação de pagamento de principal e de taxa de juros atrelada à taxa DI; (ii) financiamentos denominados em moeda estrangeira, os quais são imediatamente “trocados” na sua totalidade por obrigações de pagamento denominadas em reais e com taxa de juros atrelada à taxa DI, por meio de operações de “swap”; e (B) captações no mercado de capitais mediante emissões de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis de agronegócio; (C) geração de caixa através de sua operação; e (D) antecipação de recebíveis.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ainda em relação a 2019, a captação de recursos também ocorreu por meio de financiamentos denominados em COP para as operações internacionais na Colômbia.

Em 2019, 2018 e 2017, não houve dificuldades para obtenção de financiamentos ou realização de refinanciamentos da dívida existente.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que o GPA pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na opinião da Diretoria, as fontes de financiamento utilizadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 são adequadas e continuarão a ser utilizadas pelo GPA como fontes de financiamento, se necessário.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

As tabelas abaixo apresentam o endividamento do GPA junto a instituições financeiras e as captações feitas no mercado de capitais em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017. Composição da dívida, incluindo: (i) empréstimos e financiamentos e (ii) debêntures.

Em R\$ milhões:

		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
	<u>Taxa média</u>			
Debêntures				
Debentures e Certificados de recebíveis de agronegócio	129,34% do CDI	11.863	4.146	3.015
		11.863	4.146	3.015
Empréstimos e financiamentos				
Em moeda local				
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	4,01% a.a.	27	37	45
Capital de giro	124,4% do CDI	1.008	238	285
Capital de giro	TR + 9,8% a.a	99	112	125
Contratos de swap	101,44% do CDI	(12)	(11)	(19)
Custo de captação		(22)	(3)	(4)
		1.100	373	432

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniaisEm moeda estrangeira

Capital de giro	USD + 3,14% a.a.	846	843	664
Capital de giro		-	-	200
Capital de giro	IBR 3M+2%	323	-	-
Carta de Crédito		12	-	-
Contratos de <i>swap</i>	118,27% do CDI	(15)	(76)	55
Contratos de <i>swap</i>	IBR 3M+2%	(19)	-	-
Contratos de NDF		(1)	-	-
Custo de captação		(1)	-	(1)
		1.145	767	918
Total da dívida		14.108	5.286	4.365

Os ativos e passivos relacionados à subsidiária Via Varejo estavam em 2018 e 2017 apresentados líquidos na linha de “ativos mantidos para venda” e “passivos relacionados a ativos mantidos para venda”. Os ativos e passivos de Êxito estão contemplados na tabela acima.

Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos no ativo e passivo não circulante.

<u>Ano</u>	Consolidado
De 1 a 2 anos	3.596
De 2 a 3 anos	3.444
De 3 a 4 anos	2.773
De 4 a 5 anos	386
Após 5 anos	559
Subtotal	10.758
Custos de captação	(65)
Total	10.693

Financiamento do capital de giro, *swap* e financiamento do consumidor por interveniência.

Financiamento do capital de giro

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O GPA e suas subsidiárias obtêm empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente às necessidades de caixa para investimentos.

Para essas operações, o GPA tem a obrigação de manter índices financeiros. Esses índices são calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na respectiva Companhia de emissão, sendo: (i) a dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA (dívida menos disponibilidades e contas a receber) menor ou igual a 3,25. Em 31 de dezembro de 2019, o GPA estava adimplente em relação a esses índices.

Swaps

Em relação às operações em moeda estrangeira, o GPA realiza operações de *swap* para trocar obrigações denominadas em dólares norte-americanos ou outra moeda estrangeira e taxas de juros fixas para o Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). A taxa média anual do CDI em 2019 foi de 5,96% (6,42% em 2018 e 9,93% em 2017).

Debêntures, nota promissória e certificados de recebíveis de agronegócio

O GPA tem a obrigação de manter índices financeiros em conexão com as emissões efetuadas. Esses índices são calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na respectiva Companhia de emissão, sendo: (i) a dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 31 de dezembro de 2019, o GPA estava adimplente em relação a esses índices.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Em R\$ milhões:*

	Tipo	Valor de Emissão	Debentures em circulação (unidades)	Data		Encargos financeiros anuais	Preço unitário (Em reais)	Consolidado	
				Emissão	Vencimento			31.12.2019	31.12.2018
13ª emissão de Debêntures - CBD e Certificado de recebíveis de agronegócio	Sem preferência	1,012	1,012,500	20/12/16	20/12/19	97,50% do CDI	-	-	1,014
14ª emissão de Debêntures - CBD e Certificado de recebíveis de agronegócio	Sem preferência	1,080	1,080,000	17/04/17	13/04/20	96,00% do CDI	1,010	1,091	1,094
15ª emissão de Debêntures - CBD	Sem preferência	800	800,000	17/01/18	15/01/21	104,75% do CDI	1,027	821	824
16ª Emissão de Debêntures - CBD - 1ª Série	Sem preferência	700	700,000	11/09/18	10/09/21	106% do CDI	1,016	712	714
16ª Emissão de Debêntures - CBD - 2ª Série	Sem preferência	500	500,000	11/09/18	12/09/22	107,4% do CDI	1,017	508	510
4ª Emissão de Notas Promissórias - CBD	Sem preferência	800	800	10/01/19	09/01/22	105,75% do CDI	1,061,280	849	-
1ª Emissão de Notas promissórias - Sendas - 1ª série	Sem preferência	50	1	04/07/19	03/07/20	CDI + 0,72% a.a.	51,537,614	52	-
1ª Emissão de Notas promissórias - Sendas - 2ª série	Sem preferência	50	1	04/07/19	05/07/21	CDI + 0,72% a.a.	51,537,614	52	-
1ª Emissão de Notas promissórias - Sendas - 3ª série	Sem preferência	50	1	04/07/19	04/07/22	CDI + 0,72% a.a.	51,537,614	52	-
1ª Emissão de Notas promissórias - Sendas - 4ª série	Sem preferência	250	5	04/07/19	04/07/23	CDI + 0,72% a.a.	51,537,614	258	-
1ª Emissão de Notas promissórias - Sendas - 5ª série	Sem preferência	200	4	04/07/19	04/07/24	CDI + 0,72% a.a.	51,537,614	206	-
1ª Emissão de Notas promissórias - Sendas - 6ª série	Sem preferência	200	4	04/07/19	04/07/25	CDI + 0,72% a.a.	51,537,614	206	-
1ª Emissão de Debêntures - Sendas - 1ª série	Sem preferência	2,000	2,000,000	04/09/19	20/08/20	CDI + 1,60% a.a.	500	1,001	-
1ª Emissão de Debêntures - Sendas - 2ª série	Sem preferência	2,000	2,000,000	04/09/19	20/08/21	CDI + 1,74% a.a.	1,022	2,044	-
1ª Emissão de Debêntures - Sendas - 3ª série	Sem preferência	2,000	2,000,000	04/09/19	20/08/22	CDI + 1,95% a.a.	1,023	2,046	-
1ª Emissão de Debêntures - Sendas - 4ª série	Sem preferência	2,000	2,000,000	04/09/19	20/08/23	CDI + 2,20% a.a.	1,024	2,047	-
Custo de captação								(82)	(10)
Controladora/Consolidado – Curto e longo prazo								11,863	4,146
Passivo circulante								2,287	1,068
Passivo não circulante								9,576	3,078

Obrigações de arrendamento mercantil

A Companhia adota desde 1º de janeiro de 2019, com aplicação retrospectiva, o CPC 06 R2 “Arrendamento Mercantil”.

Na celebração de contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transfere o direito de controlar o uso de ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação. Nesta situação a companhia registra um ativo pelo direito de uso, e um passivo pela obrigação.

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam substancialmente entre 5 e 25 anos.

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de aluguel de um direito de uso, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de valor individual do ativo abaixo de US\$5.000 (cinco mil dólares).

Os contratos são então registrados, quando do início do arrendamento, como Passivo de Arrendamento em contrapartida ao Direito de Uso, ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento. Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do período.

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

Os valores totais registrados referentes aos contratos de arrendamento mercantil estão demonstrados no quadro abaixo:

	Consolidado		
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
Passivo de arrendamento mercantil financeiro - pagamentos mínimos de aluguel:			
Até 1 ano	937	507	445
De 1 a 5 anos	2.936	1.956	1.597
Mais de 5 anos	4.794	3.324	3.225
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	8.667	5.787	5.267
Encargos futuros de financiamento	8.007	6.780	6.713
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	16.674	12.567	11.980

ii. Outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras.

Atualmente não mantemos quaisquer relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, além daquelas já descritas no item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

iii. Grau de subordinação entre as nossas dívidas.

A Diretoria informa que o grau de subordinação entre as dívidas do GPA é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

iv. Eventuais restrições impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Os instrumentos de emissões de debêntures e notas promissórias preveem cláusulas restritivas que, entre outras, determinam índices e limites de endividamento (covenants financeiros), limitação de alienação de ativos e de operações de reestruturação societária (alienação, cisão, fusão, incorporação ou transferência de controle societário). Há também contratos de empréstimo e instrumentos de financiamento da Companhia e suas subsidiárias que, conforme o caso, também preveem cláusulas restritivas que limitam os eventos acima indicados, incluindo:

- contratos de empréstimo e financiamento em moeda nacional e moeda estrangeira;
- contratos de financiamento a máquinas e equipamentos (FINAME);
- contrato de Adesão ao Sistema de Proteção Contra Riscos Financeiros – Derivativos (swap, termo e opções).

Adicionalmente, o instrumento da 1ª emissão de debêntures de Sendas prevê cláusula restritiva que determina limitações de distribuição de dividendos acima do mínimo legal e aumento do endividamento para aquisições de outras sociedades.

A Companhia vem cumprindo todas as cláusulas restritivas e, nos 3 últimos exercícios sociais, não houve evento que gerasse antecipação de suas dívidas.

(g) limites dos financiamentos já contratados, percentuais já utilizados.

Embora não apresente financiamentos fixos já contratados, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2019, contratos de abertura de crédito no valor de R\$ 900 milhões.

Conforme consta da demonstração financeira apresentada pela Companhia em 2019, os contratos foram efetuados de acordo com as condições praticadas pelo mercado e têm vigência até 2020.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

A Companhia concluiu o processo de venda de Via Varejo iniciado em 23 de novembro de 2016, através de leilão em 14 de junho de 2019 realizado na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, pelo preço de R\$4,90 reais por ação, totalizando R\$2.300 milhões, em linha com a sua estratégia de longo prazo de focar no desenvolvimento do setor alimentar. O ganho apurado na venda de R\$398 milhões, líquido do imposto de renda de R\$199 milhões e de custos relacionados, foi apresentado no resultado das operações descontinuadas.

Em 27 de novembro de 2019, o GPA concluiu a aquisição de 96,57% do capital social da Almacenes Éxito S.A. (“Éxito”). Dessa forma, o resultado consolidado do GPA referente ao ano de 2019 considera um mês dos efeitos de Éxito e os saldos de balanço apresentam variação em função da primeira consolidação de Éxito.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Demonstração de Resultados***Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Demonstração do Resultado - Consolidado	GPA Consolidado				
	AH 2019 x		AH 2018 x		12M17
	12M19	2018	12M18	2017	
R\$ - Milhões					
Receita Bruta de Vendas	61.544	14,8%	53.615	10,7%	48.439
Receita Líquida de Venda de Bens e/ou Serviços	56.635	14,7%	49.388	10,7%	44.634
Custo das Mercadorias Vendidas e/ou serviços	(44.304)	17,7%	(37.653)	12,5%	(33.476)
Depreciação e Amortização - Custo	(147)	16,7%	(126)	15,6%	(109)
Lucro Bruto	12.184	5,0%	11.609	5,1%	11.049
Despesas com Vendas	(7.431)	13,4%	(6.553)	3,6%	(6.323)
Despesas Gerais e Administrativas	(923)	-12,0%	(1.049)	2,2%	(1.026)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(10)	-135,7%	28	-130,1%	(93)
Outras Despesas Operacionais, Líquidas	(459)	126,1%	(203)	-64,8%	(576)
Total das Despesas Operacionais	(8.823)	13,4%	(7.777)	-3,0%	(8.018)
Depreciação e Amortização	(1.413)	17,6%	(1.202)	7,6%	(1.117)
Lucro Operac. antes impostos e Rec(desp.) financeiras-ebit	1.948	-25,9%	2.630	37,4%	1.914
Receitas financeiras	449	94,4%	231	27,6%	181
Despesas financeiras	(1.655)	28,1%	(1.292)	-12,5%	(1.476)
Resultado financeiro líquido	(1.206)	13,7%	(1.061)	-18,1%	(1.295)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	742	-52,7%	1.569	153,5%	619
Imposto de Renda e Contribuição Social	(254)	-38,5%	(413)	57,6%	(262)
Resultado Líquido das Operações Continuadas	488	-57,8%	1.156	223,8%	357
Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	348	171,9%	128	-72,9%	472
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	836	-34,9%	1.284	54,9%	829
Participação dos Acionistas Não Controladores	46	-65,9%	135	-59,0%	329
Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores	790	-31,2%	1.149	129,8%	500
EBITDA - Lucro Oper. antes da depr., rec(desp) financeiras e impostos	3.508	-11,4%	3.958	26,1%	3.140

% de Receita Líquida de Vendas

Lucro Bruto	21,5%	-2,0 p.p.	23,5%	-1,3 p.p.	24,8%
Despesas com Vendas	13,1%	-0,2 p.p.	13,3%	-0,9 p.p.	14,2%
Despesas Gerais e Administrativas	1,6%	-0,5 p.p.	2,1%	-0,2 p.p.	2,3%
Resultado de Equivalência Patrimonial	0,0%	-0,1 p.p.	0,1%	0,3 p.p.	-0,2%
Outras Despesas Operacionais, Líquidas	0,8%	0,4 p.p.	0,4%	-0,9 p.p.	1,3%
Total de despesas Operacionais	15,6%	-0,1 p.p.	15,7%	-2,3 p.p.	18,0%
Depreciação	2,5%	0,1 p.p.	2,4%	-0,1 p.p.	2,5%
EBIT	3,4%	-1,9 p.p.	5,3%	1,0 p.p.	4,3%
Receitas (Desp) Financeiras Líquidas	2,1%	0,0 p.p.	2,1%	-0,8 p.p.	2,9%
Lucro antes do I.R	1,3%	-1,9 p.p.	3,2%	1,8 p.p.	1,4%
Imposto de Renda	0,4%	-0,4 p.p.	0,8%	0,2 p.p.	0,6%
Lucro Líquido da Companhia	1,5%	-1,1 p.p.	2,6%	0,7 p.p.	1,9%
Partic. Não controladores	0,1%	-0,2 p.p.	0,3%	-0,4 p.p.	0,7%
Lucro líquido	1,4%	-0,9 p.p.	2,3%	1,2 p.p.	1,1%
EBITDA	6,2%	-1,8 p.p.	8,0%	1,0 p.p.	7,0%

AH = Análise Horizontal

(1) Os somatórios e percentuais podem não conferir devido a arredondamentos

EBITDA AJUSTADO e EXCLUINDO EFEITOS NÃO RECORRENTES

EBITDA - Lucro Oper. antes da depr., rec(desp) financeiras e impostos	3.508	-11,4%	3.958	26,1%	3.140
Outras Despesas Operacionais	(459)	126,1%	(203)	-64,8%	(576)
Efeitos não recorrentes	-	n.a.	481	-31,6%	703
EBITDA Ajustado e Excluindo efeitos não recorrentes	3.967	7,8%	3.680	22,1%	3.013

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Comentários sobre variações de 31 de dezembro de 2019 x 31 de dezembro de 2018**

(R\$ milhões) ⁽¹⁾	GPA Consolidado		
	2019	2018	Δ
Receita Bruta	61.544	53.615	14,8%
Receita Líquida	56.635	49.343	14,8%
Lucro Bruto	12.184	11.609	5,0%
Margem Bruta	21,5%	23,5%	-2,0 p.p.
Despesas com Vendas	(7.431)	(6.553)	13,4%
Despesas Gerais e Administrativas	(923)	(1.049)	-12,0%
Desp. Com vendas, Gerais e Administrativas	(8.354)	(7.602)	9,9%
% da Receita Líquida	-14,8%	-15,4%	0,6 p.p.
Resultado da Equiv. Patrimonial	(10)	28	n.d.
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(459)	(203)	126,1%
Depreciação e Amortização	(1.413)	(1.202)	17,6%
Resultado Financeiro Líquido	(1.206)	(1.061)	13,7%
Lucro Líquido Acionistas Controladores	790	828	-4,6%
EBITDA ⁽²⁾	3.508	3.958	-11,4%
Margem EBITDA	6,2%	8,0%	-1,8 p.p.
EBITDA Ajustado ⁽²⁾⁽³⁾	3.967	4.161	-4,7%
Margem EBITDA Ajustada	7,0%	8,4%	-1,4 p.p.

Lucro Bruto e Ebitda Ajustado excluindo efeitos não recorrentes ^(*)

(R\$ milhões) ⁽¹⁾	2019	2018	Δ
Lucro Bruto - excl. efeitos não recorrentes ^(*)	12.184	11.128	9,5%
Margem Bruta - excl.efeitos não recorrentes ^(*)	21,5%	22,6%	-1,1 p.p.
EBITDA Ajustado ⁽²⁾⁽³⁾ - excl.efeitos não recorrentes ^(*)	3.967	3.680	7,8%
Margem EBITDA Ajustada - excl. efeitos não recorrentes ^(*)	7,0%	7,5%	-0,5 p.p.

(1) Os somatórios e percentuais podem não conferir devido aos arredondamentos. Todas as margens foram calculadas como percentual da receita líquida. (2) Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização. (3) Ajustado pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais.

(*) Exclui os efeitos não recorrentes. Em 2018 esses efeitos totalizaram R\$ 436 milhões no Assaí relacionados à R\$ 369 milhões de estorno da provisão de créditos de ICMS ST de períodos anteriores a 2018 no 2T18 e R\$ 67 milhões de complemento desses créditos no 4T18. No Multivarejo, os efeitos de 2018 referem-se à venda a terceiros de parte dos créditos fiscais relacionados à exclusão do ICMS das bases de cálculo de PIS/COFINS, no montante líquido de R\$ 45 milhões realizados no 2T18. No lucro líquido os efeitos estão líquidos de IR.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita líquida

A receita líquida do GPA aumentou 14,7% em 2019, passando de R\$ 49,388 bilhões em 2018 (R\$ 49,343 bilhões excluindo os efeitos não-recorrentes) para R\$ 56,635 bilhões em 2019. Essas receitas são provenientes das operações do GPA Alimentar - composto pelo Multivarejo e Assaí – e um mês do Grupo Êxito.

- ✓ Assaí: a bandeira contribuiu de forma expressiva, com crescimento de 21,4% na receita líquida em 2019, alavancado principalmente pelo excelente desempenho das 22 lojas inauguradas no ano e maturação da expansão realizada nos anos anteriores, além do crescimento de 6,3% ‘mesmas lojas’.
- ✓ Multivarejo: as vendas líquidas apresentaram evolução de 0,8% em relação a 2018. O ano de 2019 mostrou-se desafiador para o Multivarejo, com a retomada da economia mais lenta do que esperado ao longo do ano. Um dos pilares estratégicos de destaque em 2019 foi a aceleração da otimização do portfólio de lojas, mais aderente às necessidades dos consumidores, com melhoras expressivas de desempenho nos formatos Pão de Açúcar G7, Mercado Extra, Compre Bem, Proximidade e e-commerce alimentar, garantindo uma melhor oferta de produtos e serviços e fortalecendo o poder de escolha dos clientes.
- ✓ Grupo Êxito: receita líquida de R\$ 2,2 bilhões em dezembro de 2019.

Lucro Bruto

Em 2019, o lucro bruto totalizou R\$ 12,184 bilhões, aumento de R\$ 575 milhões ou 5% em relação a 31 de dezembro de 2018. Excluindo os efeitos não recorrentes de 2018, esse aumento seria de R\$ 1,1 bilhão. A margem bruta atingiu 21,5%, patamar 1,0 p.p. inferior a 2018 excluindo os efeitos não recorrentes de 2018. Os destaques por negócio foram:

- ✓ Multivarejo: O lucro bruto totalizou R\$ 7,0 bilhões, 5,3% menor que 2018 excluindo os efeitos não recorrentes de 2018, e atingiu margem bruta de 26,3% (vs 28,0% em 2018 excluindo os efeitos não recorrentes), principalmente em função dos investimentos de competitividade ao longo do ano em todos os formatos.
- ✓ Assaí: o lucro bruto totalizou R\$ 4,6 bilhões e margem de 16,5%. A evolução de 0,2 p.p. em relação ao ano anterior excluindo os efeitos não recorrentes de 2018 reflete principalmente a maturação das lojas advindas da expansão dos últimos anos.
- ✓ Grupo Êxito: lucro bruto de R\$ 602 milhões em dezembro de 2019

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas passaram de R\$ 7,602 bilhões em 2018 para R\$ 8,354 bilhões em 2019, crescimento de 9,9%, significativamente inferior ao crescimento das vendas líquidas. Como % da receita líquida, apresentou maior diluição, passando de 15,4% em 2018 para 14,8% em 2019. Os destaques por negócio foram:

- ✓ Multivarejo: as despesas com vendas, gerais e administrativas totalizaram R\$ 5,3 bilhões,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

redução de 1,3% em relação a 2018, resultado da continuidade da disciplina no controle das despesas, com destaque para as despesas de marketing, com maior utilização dos meios digitais e renegociação dos contratos de serviços gerais.

- ✓ Assaí: as despesas com vendas, gerais e administrativas como percentual da receita atingiram 9,6%, estável em relação à receita líquida, mesmo com 22 lojas novas e a entrada do formato em 3 novos estados (Tocantins, Amapá e Rondônia), resultado do controle rigoroso das despesas e ganhos de produtividade.
- ✓ Grupo Éxito: despesas com vendas, gerais e administrativas de R\$ 323 milhões em dezembro de 2019.

Outras Despesas e Receitas Operacionais

As Outras Despesas e Receitas Operacionais passaram de R\$ 203 milhões em 2018 para R\$ 459 milhões em 2019. O aumento está relacionado com as despesas de reestruturação e despesas com a integração dos ativos América Latina.

Depreciação e Amortização

Em 2019, as depreciações e amortizações totalizaram R\$ 1,413 bilhão, representando um aumento de 17,6% comparado às depreciações e amortizações de R\$ 1,202 bilhão em 2018. Esse aumento foi devido, principalmente, à depreciação e amortização de novos investimentos feitos durante o ano de 2019.

Resultado Financeiro Líquido

Em 2019, o resultado financeiro totalizou uma despesa de R\$ 1,206 bilhões, representando 2,1% da receita líquida, mesmo patamar de 2018. Apesar da redução da média do CDI de 6,4% em 2018 para 4,9% em 2019, houve um aumento do custo da dívida devido a emissão de debêntures para a aquisição do Grupo Éxito.

Lucro Líquido (Prejuízo)

O lucro líquido dos acionistas controladores do GPA consolidado no ano totalizou R\$ 790 milhões em 2019, uma redução de 129,8% em relação a 2018, principalmente em relação aos efeitos não recorrentes do ano de 2018 que não se repetiram em 2019. Excluindo os efeitos não recorrentes, o lucro líquido dos acionistas controladores do GPA Consolidado reduziu em 4,8%.

Considerando o segmento alimentar no Brasil, o lucro líquido dos acionistas controladores atingiu R\$ 1,1 bilhão, com margem líquida de 2,0%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comentários sobre variações de 31 de dezembro de 2018 x 31 de dezembro de 2017

Receita líquida

A receita líquida do GPA, considerando somente as operações continuadas, aumentou 10,7% em 2018, passando de R\$ 44,634 bilhões em 2017 para R\$ 49,388 bilhões em 2018. Essas receitas são provenientes das operações do GPA Alimentar, composto pelo Multivarejo e Assaí.

- ✓ Assaí: a bandeira contribuiu de forma expressiva, com crescimento de 24,2% em 2018, alavancado pelo plano de expansão – foram ao todo 18 aberturas, sendo 16 lojas novas e 2 conversões.
- ✓ Multivarejo: as vendas líquidas apresentaram evolução de 1,1% em relação a 2017, impulsionado pela (i) efetividade das iniciativas que trouxeram maior dinamismo e criatividade comercial, (ii) evolução no posicionamento das bandeiras e (iii) maior penetração das ferramentas de fidelização e personalização “Meu Desconto” e “Meus Prêmios”.

Lucro Bruto

Em 2018, o lucro bruto totalizou R\$ 11,609 bilhões. Excluindo os efeitos não recorrentes alcançou R\$ 11,128 bilhões, aumento de R\$ 782 milhões ou 7,6% em relação a 31 de dezembro de 2017. A margem bruta excluindo os efeitos não recorrentes alcançou 22,5%, patamar 0,6 p.p. inferior a 2017. Os destaques por negócio foram:

- ✓ Multivarejo: O lucro bruto excluindo os efeitos não recorrentes totalizou R\$7,4 bilhões, praticamente em linha com 2017, e atingiu margem bruta de 27,9% (vs 28,2% em 2017), refletindo o nível de competitividade adequado das bandeiras, que resultou na retomada de crescimento da receita e ganhos em participação de mercado.
- ✓ Assaí: o lucro bruto excluindo os efeitos não recorrentes totalizou R\$ 3,7 bilhões e margem de 16,3%. A evolução de 0,2 p.p. em relação a 2017 reflete a maturação das lojas advindas da expansão dos últimos anos, além do retorno relacionado a inflação de alimentos.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas passaram de R\$ 7,349 bilhões em 2017 para R\$ 7,602 bilhões em 2018, crescimento de 3,4%, significativamente inferior ao crescimento das vendas líquidas. Como % da receita líquida, apresentou maior diluição, passando de 16,5% em 2017 para 15,4% em 2018. Os destaques por negócio foram:

- ✓ Multivarejo: as despesas com vendas, gerais e administrativas totalizaram R\$ 5,4 bilhões, redução de 2,2% em relação a 2017, mesmo com a aceleração da inflação ao longo do ano. Destaque principalmente para a redução das despesas de pessoal, reflexo do programa de eficiência operacional e da reforma trabalhista e controle rigoroso das despesas gerais.
- ✓ Assaí: as despesas com vendas, gerais e administrativas como percentual da receita atingiram 9,6%, redução de 1,5 p.p em relação a 2017, como resultado da maturação mais acelerada das lojas abertas nos últimos anos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outras Despesas e Receitas Operacionais

Em 2018 houve uma redução relevante das Outras Despesas e Receitas Operacionais de 64,8% ou R\$ 373 milhões, totalizando uma despesa de R\$ 203 milhões, composta por: (i) contingências fiscais relacionadas a discussões judiciais de períodos passados, correspondentes a R\$ 181 milhões; (ii) despesas com integração e reestruturação, incluindo custos de pessoal e demais gastos relacionados com fechamentos e conversões de lojas / CDs, no total de R\$ 147 milhões, e (iii) resultado positivo relacionado a vendas e baixas de ativo imobilizado de R\$ 125 milhões.

Depreciação e Amortização

Em 2018, as depreciações e amortizações totalizaram R\$ 1,202 bilhão, representando um aumento de 7,6% comparado às depreciações e amortizações de R\$ 1,117 bilhão em 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, à depreciação e amortização de novos investimentos feitos durante o ano de 2018.

Resultado Financeiro Líquido

Em 2018, o resultado financeiro totalizou uma despesa de R\$ 1,061 bilhão, representando 2,1% da receita líquida, melhoria de 0,8 p.p. em relação a 2017. A redução é explicada principalmente pelo menor nível de juros no período (CDI passou de uma média de 9,93% em 2017 para 6,5% em 2018) e da redução das atualizações de contingência e outras despesas financeiras.

Lucro Líquido (Prejuízo)

O lucro líquido dos acionistas controladores, considerando as operações em continuidade e as descontinuadas, totalizou R\$ 1,149 bilhão em 2018, um aumento de 132,1% em relação a 2017. Considerando o segmento alimentar, o lucro líquido dos acionistas controladores atingiu R\$ 1,1 bilhão, mais do que dobrando a margem líquida para 2,3% (vs 0,9% em 2017). Houve crescimento relevante no Multivarejo, que alcançou lucro de R\$ 1,0 bilhão e no Assaí, que praticamente dobrou o lucro anual e atingiu R\$ 1,0 bilhão.

Balanço Patrimonial

Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Balanço Patrimonial – Ativo Consolidado

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BALANÇO PATRIMONIAL								
ATIVO								
GPA CONSOLIDADO								
(R\$ milhões)	31.12.2019	AV	AH 2019 x 2018	31.12.2018	AV	AH 2018 x 2017	31.12.2017	AV
Ativo Circulante	19.892	34,3%	-51,3%	40.849	65,9%	10,5%	36.972	66,2%
Caixa e equivalentes de caixa	7.954	13,7%	82,1%	4.369	7,0%	15,2%	3.792	6,8%
Contas a Receber	727	1,3%	89,3%	384	0,6%	-37,9%	618	1,1%
Estoques	8.625	14,9%	46,0%	5.909	9,5%	22,5%	4.822	8,6%
Tributos a recuperar	1.627	2,8%	139,6%	679	1,1%	13,9%	596	1,1%
Ativos mantidos para venda	218	0,4%	-99,2%	29.018	46,8%	8,5%	26.746	47,9%
Instrumentos financeiros derivativos	73	0,1%	69,8%	43	0,1%	na	-	0,0%
Despesas antecipadas e outros ativos circulantes	668	1,2%	49,4%	447	0,7%	12,3%	398	0,7%
Ativo Não Circulante	38.099	65,7%	80,2%	21.139	34,1%	11,9%	18.890	33,8%
Contas a receber	1	0,0%	-75,0%	4	0,0%	-95,0%	80	0,1%
Tributos a recuperar	2.702	4,7%	-1,6%	2.745	4,4%	57,1%	1.747	3,1%
Instrumentos financeiros derivativos	13	0,0%	-70,5%	44	0,1%	57,1%	28	0,1%
Impostos de renda e contribuição social diferidos	354	0,6%	18,8%	298	0,5%	18,3%	252	0,5%
Partes relacionadas	104	0,2%	205,9%	34	0,1%	36,0%	25	0,0%
Depósitos judiciais	795	1,4%	2,4%	776	1,3%	1,8%	762	1,4%
Despesas antecipadas e outros ativos não circulantes	369	0,6%	154,5%	145	0,2%	-77,7%	649	1,2%
Investimentos	3.612	6,2%	1519,7%	223	0,4%	26,0%	177	0,3%
Imobilizado	22.709	39,2%	61,6%	14.052	22,7%	5,7%	13.292	23,8%
Intangíveis	7.440	12,8%	164,0%	2.818	4,5%	50,1%	1.878	3,4%
TOTAL DO ATIVO	57.991	100,0%	-6,4%	61.988	100,0%	11,0%	55.862	100,0%

Balanço Patrimonial – Passivo Consolidado

PASSIVO								
GPA CONSOLIDADO								
(R\$ milhões)	31.12.2019	AV	AH 2019 x 2018	31.12.2018	AV	AH 2018 x 2017	31.12.2017	AV
Passivo Circulante	23.135	39,9%	-38,4%	37.587	60,6%	12,6%	33.395	59,8%
Fornecedores	14.887	25,7%	61,0%	9.246	14,9%	13,8%	8.128	14,6%
Passivo de arrendamento	937	0,02	84,8%	507	0,8%	13,9%	445	0,8%
Empréstimos e financiamentos	1.201	2,1%	31,5%	913	1,5%	27,0%	719	1,3%
Debêntures e notas promissórias	2.287	3,9%	114,1%	1.068	1,7%	122,0%	481	0,9%
Salários e encargos sociais	980	1,7%	42,9%	686	1,1%	7,2%	640	1,1%
Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados	531	0,9%	43,5%	370	0,6%	22,9%	301	0,5%
Dividendos propostos	168	0,3%	194,7%	57	0,1%	-26,9%	78	0,1%
Financiamento por compra de ativos	231	0,4%	55,0%	149	0,2%	28,4%	116	0,2%
Aluguéis a pagar	-	0,0%	na	-	0,0%	na	-	0,0%
Partes relacionadas	215	0,4%	48,3%	145	0,2%	-5,2%	153	0,3%
Receitas a apropriar	365	0,6%	46,0%	250	0,4%	71,2%	146	0,3%
Passivos sobre ativos mantidos para venda	-	0,0%	-100,0%	23.876	38,5%	8,8%	21.947	39,3%
Outros passivos circulantes	1.333	2,3%	316,6%	320	0,5%	32,8%	241	0,4%
Passivo Não Circulante	21.345	36,8%	89,9%	11.242	18,1%	9,0%	10.311	18,5%
Passivo de arrendamento	7.730	13,3%	46,4%	5.280	8,5%	9,5%	4.822	8,6%
Empréstimos e financiamentos	1.130	1,9%	259,9%	314	0,5%	-52,4%	659	1,2%
Debêntures e notas promissórias	9.576	16,5%	211,1%	3.078	5,0%	21,5%	2.534	4,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	748	1,3%	43,0%	523	0,8%	50,7%	347	0,6%
Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados	376	0,6%	-20,2%	471	0,8%	-16,8%	566	1,0%
Provisão para demandas judiciais	1.305	2,3%	5,7%	1.235	2,0%	11,6%	1.107	2,0%
Receitas a apropriar	26	0,0%	100,0%	13	0,0%	-40,9%	22	0,0%
Provisão para perda de investimento em associadas	386	0,7%	38,4%	279	0,5%	38,8%	201	0,4%
Outros passivos não circulantes	68	0,1%	38,8%	49	0,1%	-7,5%	53	0,1%
Patrimônio Líquido	13.511	23,3%	2,7%	13.159	21,2%	8,3%	12.156	21,8%
Capital social	6.857	11,8%	0,5%	6.825	11,0%	0,0%	6.822	12,2%
Reservas de capital	447	0,8%	8,2%	413	0,7%	16,3%	355	0,6%
Reservas de lucros	3.529	6,1%	15,3%	3.062	4,9%	35,7%	2.256	4,0%
Outros resultados abrangentes	107	0,2%	-262,1%	(66)	-0,1%	34,7%	(49)	-0,1%
Participação de acionistas não controladores	2.571	4,4%	-12,1%	2.925	4,7%	5,5%	2.772	5,0%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	57.991	100,0%	-6,4%	61.988	100,0%	11,0%	55.862	100,0%

31 de dezembro de 2019 x 31 de dezembro de 2018**Ativo****Circulante**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Caixa e equivalentes de caixa*

Em 2019, o caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 7,954 bilhões, um aumento de R\$ 3,585 bilhões em relação a 2018, principalmente relacionado à consolidação do Grupo Êxito, que adicionou R\$ 3,150 bilhões, e a um ganho nas atividades de financiamento em 2019 em relação a 2018. As disponibilidades representavam 13,7% do ativo total em 31 de dezembro de 2019 em comparação a 7,0% em 31 de dezembro de 2018.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de contas a receber totalizou R\$ 727 milhões, um aumento de R\$ 343 milhões em relação ao saldo de 2018. Esta variação é decorrente principalmente da consolidação do Grupo Êxito, que adicionou R\$ 303 milhões.

Impostos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de impostos a recuperar de curto prazo aumentou 139,6%, passando de R\$ 679 milhões em 2018 para R\$ 1,627 bilhão, sendo que R\$ 417 milhões referem-se ao saldo do grupo Êxito. Este saldo de curto prazo, associado a uma diminuição de R\$ 43 milhões no longo prazo resultou em um aumento total de R\$ 488 milhões. Demais variações ocorridas nesta rubrica estão relacionadas principalmente ao registro dos créditos de exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e COFINS, no valor de R\$ 382 milhões no ano de 2019.

Despesas antecipadas e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2019, as despesas antecipadas e outras contas a receber aumentaram 51,2%, passando de R\$ 490 milhões em 2018 para R\$ 741 milhões, variação de R\$ 251 milhões, em função principalmente da consolidação do Grupo Êxito que impactou em R\$ 256 milhões.

Estoques

Em 2019, os estoques aumentaram 46,0% ou R\$ 2,716 bilhão, passando de R\$ 5,909 bilhões em 2018 para R\$ 8,625 bilhões. Considerando o crescimento, R\$ 2,418 bilhões refere-se a Êxito, sendo que o restante da variação ocorreu principalmente em função do aumento no estoque do Assaí para suportar o forte crescimento de vendas. Em 31 de dezembro de 2019, os estoques representavam 14,9% do ativo total e 9,5% em 31 de dezembro de 2018.

Não Circulante

O ativo não circulante, excluindo imobilizado, intangível e investimentos, passou de R\$ 4,046 bilhões em 2018 para R\$ 4,338 bilhões em 2019. O aumento de R\$ 292 milhões se explica principalmente pelo crescimento de R\$ 224 milhões das despesas antecipadas e outros ativos não circulantes, sendo que, desse montante, R\$ 120 milhões refere-se à consolidação do Grupo Êxito. Em 31 de dezembro de 2019, estas contas representavam 7,5% do ativo total e 6,5% em 31 de dezembro de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Investimentos

Em 2019, os investimentos totalizaram R\$ 3,612 bilhões comparado a R\$ 223 milhões em 2018, um aumento de R\$ 3,389 bilhões. Este aumento se deve principalmente às propriedades para investimento do Grupo Êxito, com saldo de R\$ 2,863 bilhões, e ao saldo dos investimentos do Grupo Êxito em suas subsidiárias, no montante de R\$ 459 milhões. Em 31 de dezembro de 2019 os investimentos representavam 6,2% do ativo total, e 0,4% em 31 de dezembro de 2018.

Imobilizado

Em 2019, o imobilizado aumentou 61,6%, passando de R\$ 14,052 bilhões em 2018 para R\$ 22,709 bilhões. Este aumento de R\$ 8,657 bilhões é representado por: (i) R\$ 3,268 bilhões de adição, (ii) R\$ 832 milhões de remensuração relacionado ao IFRS 16/CPC 06 R2, (iii) R\$ 6,955 bilhões da aquisição do Grupo Êxito, (iv) R\$(1,376) milhões de depreciação, (v) R\$(674) milhões de baixa, (vi) R\$ 101 milhões de ajuste de conversão de Êxito e (vii) R\$ (237) milhões de operações descontinuadas. Em 31 de dezembro de 2019, o ativo imobilizado representava 39,2% do ativo total em comparação a 22,7% em 31 de dezembro de 2018. Os saldos de imobilizado consideram o direito de uso no valor de R\$ 7,071 bilhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 4,431 bilhões em 31 de dezembro de 2018.

Intangíveis

Em 2019, os ativos intangíveis apresentaram um aumento de R\$ 4,622 bilhões, passando de R\$ 2,818 bilhões em 2018 para R\$ 7,440 bilhões. A evolução está relacionada principalmente à primeira consolidação do Grupo Êxito, cujo saldo era de R\$ 4,457 bilhões em 31 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, os ativos intangíveis representavam 12,8% do ativo total em comparação a 4,5% em 31 de dezembro de 2018. Os saldos de Intangíveis consideram o direito de uso no valor de R\$ 836 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 899 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Passivo

Circulante

Fornecedores

O passivo com fornecedores passou de R\$ 9,246 bilhões em 2018 para R\$ 14,887 bilhões em 2019. Essa variação de R\$ 5,641 bilhão ocorreu principalmente pela consolidação do Grupo Êxito com saldo de R\$ 5,208 bilhões e ao aumento do saldo do Assaí em função do crescimento das atividades operacionais. Em 31 de dezembro de 2019, o passivo com fornecedores representava 25,7% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 14,9% em 31 de dezembro de 2018.

Empréstimos e Financiamentos – curto prazo e longo prazo

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2019, os empréstimos e financiamentos de curto prazo, sem considerar as debêntures, aumentaram 31,5%, passando de R\$ 913 milhões em 2018 para R\$ 1,201 bilhão em 2019. Esses empréstimos e financiamentos de curto prazo, sem considerar as debêntures, representavam 2,1% do passivo total em 31 de dezembro de 2019, incluindo patrimônio líquido, em comparação com 1,5% em 31 de dezembro de 2018.

O saldo combinado de empréstimos e financiamentos e debêntures, somando-se curto e longo prazo, aumentou R\$ 8,821 bilhões, principalmente relacionado a captação de debêntures de longo prazo de R\$ 8 bilhões para aquisição do Grupo Êxito.

Salários e encargos sociais

Em 2019, o passivo com obrigações sociais e trabalhistas aumentou R\$ 294 milhões, passando de R\$ 686 milhões em 2018 para R\$ 980 milhões, cuja variação é principalmente em função da consolidação do Grupo Êxito, com impacto de R\$ 293 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, as obrigações sociais e trabalhistas representavam 1,7% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 1,1% em 31 de dezembro de 2017.

Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados

Em 2019, o passivo com impostos, taxas e contribuições aumentou 43,5%, passando de R\$ 370 milhões em 2018 para R\$ 531 milhões. O aumento se deu principalmente pela consolidação do Grupo Êxito, que impactou em R\$ 220 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, os impostos, taxas e contribuições representavam 0,9% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, e 0,6% em 31 de dezembro de 2018.

Não Circulante**Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos**

Em 2019, o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos aumentaram 43,0%, passando de R\$ 523 milhões em 2018 para R\$ 748 milhões, em função da depreciação fiscal de itens de imobilizado e ganhos não realizados com créditos tributários no exercício.

Em 31 de dezembro de 2019, o imposto de renda e contribuição social diferidos representavam 1,3% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 0,8% em 31 de dezembro de 2018.

Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados

Em 2019, os impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados, incluindo REFIS, apresentaram diminuição de 20,2%, passando de R\$ 471 milhões em 2018 para R\$ 376 milhões, em decorrência da quitação de planos de parcelamento de impostos durante o ano de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019, os impostos parcelados representavam 0,6% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 0,8% de 31 de dezembro de 2018.

Provisão para demandas judiciais

Em 2019, a provisão para demandas judiciais aumentou 5,7%, passando de R\$ 1,235 bilhão em 2018 para R\$ 1,305 bilhão, relacionadas ao provisionamento de demandas previdenciárias e trabalhistas, parcialmente compensada pelas reversões e pagamentos, além dos saldos advindos da aquisição do Grupo Êxito.

Em 31 de dezembro de 2019, a provisão para demandas judiciais representava 2,3% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 2,0% em 31 de dezembro de 2018.

Patrimônio Líquido

Em 2019, o patrimônio líquido aumentou 2,7%, passando de R\$ 13,159 bilhões em 2018 para R\$ 13,511 bilhões. As principais movimentações foram: (i) venda da Via Varejo com efeito de R\$ 3,278 bilhões; (ii) aquisição do Grupo Êxito no valor de R\$ 2,519 bilhões; (iii) lucro líquido de R\$ 836 milhões; (iv) variação cambial de investimentos no exterior de R\$ 214 milhões; (v) dividendos de R\$ (194) milhões e (v) juros sobre capital próprio no valor de R\$ (174) milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido representava 23,3% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 21,3% em 31 de dezembro de 2018.

Demais contas patrimoniais

As contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

31 de dezembro de 2018 x 31 de dezembro de 2017

Ativo

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Em 2018, o caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 4,369 bilhões, um aumento de R\$ 577 milhões em relação a 2017, principalmente relacionado ao menor desembolso nas atividades de financiamento em 2018 a 2017. As disponibilidades representavam 7,0% do ativo total em 31 de dezembro de 2018 em comparação a 6,8% em 31 de dezembro de 2017.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de contas a receber totalizou R\$ 384 milhões, uma redução de R\$ 234 milhões em relação ao saldo de 2017. Esta variação é decorrente principalmente do

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

maior saldo de recebíveis antecipados, mediante estratégia de gerenciamento de caixa da Companhia.

Impostos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de impostos a recuperar de curto prazo aumentou em 13,9%, passando de R\$ 596 milhões em 2017 para R\$ 679 milhões. A variação de R\$ 83 milhões positiva, associada ao acréscimo no longo prazo de R\$ 998 milhões, resultou em um aumento do R\$ 1,081 bilhão. Este acréscimo se refere principalmente a créditos extemporâneos de ICMS-ST de R\$436 milhões referente a períodos anteriores no Assai, além do novo patamar de créditos recorrentes.

Despesas antecipadas e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2018, as despesas antecipadas e outras contas a receber aumentaram 23,19%, passando de R\$ 398 milhões em 2017 para R\$ 490 milhões, variação de R\$ 92 milhões, em função principalmente de contas a receber de seguradoras, compensados por outros efeitos menos relevantes.

Estoques

Em 2018, os estoques aumentaram 22,5% ou R\$ 1,087 bilhão, passando de R\$ 4,822 bilhões em 2017 para R\$ 5,909 bilhões, principalmente em função do aumento no estoque do Assai para suportar o forte crescimento de vendas. Em 31 de dezembro de 2018, os estoques representavam 9,5% do ativo total e 8,6% em 31 de dezembro de 2017.

Não Circulante

O ativo não circulante, excluindo imobilizado, intangível e investimentos, passou de R\$ R\$ 3,543 bilhões em 2017 para R\$ 4,046 bilhões em 2018. O aumento de R\$ 503 milhões se explica principalmente pelo crescimento de R\$ 998 milhões dos tributos a recuperar. Em 31 de dezembro de 2018, estas contas representavam 6,5% do ativo total e 6,3% em 31 de dezembro de 2017.

Investimentos

Em 2018, os investimentos aumentaram 26,0%, passando de R\$ 177 milhões em 2017 para R\$ 223 milhões. Este aumento se deve principalmente à equivalência da FIC. Em 31 de dezembro de 2018 os investimentos representavam 0,4% do ativo total, mesmo patamar de 31 de dezembro de 2017.

Imobilizado

Em 2018, o imobilizado aumentou 5,7%, passando de R\$ 13,292 bilhões em 2017 para R\$ 14,052 bilhões. Este aumento de R\$ 760 milhões é representado por R\$ 2,236 bilhões de adição, R\$ 1,184 bilhões de remensuração, R\$(1,192) bilhões de depreciação, R\$(478) milhões de baixa, R\$ (32) milhões de provisão para impairment e R\$ (956) milhões de operações descontinuadas. Em 31 de dezembro de 2018, o ativo imobilizado representava 22,7% do ativo total em comparação a 23,8%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

em 31 de dezembro de 2017. Os saldos de imobilizado consideram o direito de uso no valor de R\$ 4,431 bilhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 4,189 bilhões em 31 de dezembro de 2017.

Intangíveis

Em 2018, os ativos intangíveis apresentaram um aumento de 50,1%, passando de R\$ 1,878 bilhão em 2017 para R\$ 2,818 bilhões. A evolução de R\$ 940 milhões está relacionada principalmente à conversão contratual de um “contas a receber” em um “intangível” de direito de exploração de um conjunto de lojas. Em 31 de dezembro de 2018, os ativos intangíveis representavam 4,5% do ativo total em comparação a 3,4% em 31 de dezembro de 2017. Os saldos de intangíveis consideram o direito de uso no valor de R\$ 899 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 95 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Passivo

Circulante

Fornecedores

O passivo com fornecedores passou de R\$ 8,128 bilhões em 2017 para R\$ 9,246 bilhões em 2018. Essa variação de R\$ 1,118 bilhão ocorreu principalmente pelo aumento do saldo do Assaí em função do aumento das atividades operacionais. Em 31 de dezembro de 2018, o passivo com fornecedores representava 14,9% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 14,6% em 31 de dezembro de 2017.

Empréstimos e Financiamentos – curto prazo e longo prazo

Em 2018, os empréstimos e financiamentos de curto prazo, sem considerar as debêntures, aumentaram 27,0%, passando de R\$ 719 milhões em 2017 para R\$ 913 milhões, que será explicado em conjunto com o longo prazo. Esses empréstimos e financiamentos de curto prazo, sem considerar as debêntures, representavam 1,5% do passivo total em 31 de dezembro de 2018, incluindo patrimônio líquido, em comparação com 1,3% em 31 de dezembro de 2017.

O saldo combinado de empréstimos e financiamentos e debêntures, somando-se curto e longo prazo, aumentou R\$ 980 milhões relacionado a vencimentos no ano de 2018, principalmente relacionado a captação de endividamentos de longo prazo durante o ano.

Passivo de arrendamento – curto prazo e longo prazo

Em 2018, o passivo de arrendamento de curto prazo aumentou 13,9%, passando de R\$ 445 milhões em 2017 para R\$ 507 milhões. O passivo de arrendamento de curto prazo representava 0,8% do passivo total em 31 de dezembro de 2018, incluindo patrimônio líquido, mesmo patamar de 31 de dezembro de 2017. Já o passivo de arrendamento de longo prazo aumentou 9,5% em 2018, passando de R\$ 4,822 bilhões em 2017 para R\$ 5,280 bilhões. O passivo de arrendamento de longo prazo, representava 8,5% do passivo total em 31 de dezembro de 2018, incluindo patrimônio líquido, mesmo patamar de 31 de dezembro de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O saldo do passivo de arrendamento, somando-se curto e longo prazo, aumentou R\$ 520 milhões relacionado a novos contratos no ano de 2018 de Multivarejo e Assaí.

Salários e encargos sociais

Em 2018, o passivo com obrigações sociais e trabalhistas aumentou R\$ 46 milhões, passando de R\$ 640 milhões em 2017 para R\$ 686 milhões, cuja variação é principalmente em função do dissídio do ano e seus efeitos em encargos e provisões trabalhistas.

Em 31 de dezembro de 2018, as obrigações sociais e trabalhistas representavam 1,1% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, mesmo patamar de 31 de dezembro de 2017.

Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados

Em 2018, o passivo com impostos, taxas e contribuições aumentou 22,9%, passando de R\$ 301 milhões em 2017 para R\$ 370 milhões. Aumento se deu principalmente pelo maior saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar no Assaí.

Em 31 de dezembro de 2018, os impostos, taxas e contribuições representavam 0,6% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, e 0,5% em comparação a 31 de dezembro de 2017.

Não Circulante

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Em 2018, o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos aumentaram 50,7%, passando de R\$ 347 milhões em 2017 para R\$ 523 milhões, em função de amortização fiscal de ágio no exercício.

Em 31 de dezembro de 2018, o imposto de renda e contribuição social diferidos representavam 0,8% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 0,6% em 31 de dezembro de 2017.

Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados

Em 2018, os impostos parcelados, incluindo REFIS, apresentaram diminuição de 16,8%, passando de R\$ 566 milhões em 2017 para R\$ 471 milhões, em decorrência de quitação de planos de parcelamento de impostos durante o ano de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, os impostos parcelados representavam 0,8% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 1,0% de 31 de dezembro de 2017.

Provisão para demandas judiciais

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2018, a provisão para demandas judiciais aumentou 11,6%, passando de R\$ 1,107 bilhão em 2017 para R\$ 1,235 bilhão, relacionamento ao provisionamento de casos tributários, parcialmente compensado pelas reversões.

Em 31 de dezembro de 2018, a provisão para demandas judiciais representava 2,0% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, mesmo patamar de 31 de dezembro de 2017.

Patrimônio Líquido

Em 2018, o patrimônio líquido aumentou 8,3%, passando de R\$ 12,156 bilhões em 2017 para R\$ 13,159 bilhões. As principais movimentações foram: (i) lucro líquido de R\$ 1,284 bilhão; (ii) constituição de reserva de opções outorgadas de R\$ 64 milhões; (iii) dividendos R\$ (56) milhões e (iv) juros sobre capital próprio no valor de R\$ (274) milhões.

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido representava 21,2% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 21,8% em 31 de dezembro de 2017.

Demais contas patrimoniais

As contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 Resultado operacional e financeiro****(a) Resultados das nossas operações, em especial:****(i) descrição de quaisquer componentes importantes da nossa receita**

As receitas do Grupo são provenientes das operações do GPA Consolidado, composto pelo Multivarejo e Assaí, além de um mês de vendas do Grupo Êxito. As receitas líquidas estão demonstradas na tabela abaixo em relação aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

Receita Líquida			
(R\$ milhões)	2019	2018	2017
Consolidado⁽¹⁾	56.635		
Alimentar	54.450	49.388	44.634
Multivarejo	26.653	26.489	26.195
Pão de Açúcar	6.786	6.860	6.659
Extra⁽²⁾	15.623	15.792	16.110
Proximidade⁽³⁾	1.273	1.182	1.085
Outros Negócios⁽⁴⁾	2.970	2.655	2.341
Assaí	27.797	22.899	18.440

(1) Inclui vendas do Grupo Êxito referente ao mês de dezembro de 2019.

(2) Inclui vendas do Extra Supermercado, Mercado Extra, Extra Hiper e Compre Bem.

(3) Inclui vendas do Mini Extra e Minuto Pão de Açúcar.

(4) Inclui as vendas dos Postos de Combustíveis, Drogarias, Delivery e receitas provenientes do aluguel de galerias comerciais.

Para maiores detalhes sobre as variações na receita líquida, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

(ii) fatores que afetaram materialmente os nossos resultados operacionais

Para informações acerca dos fatores que afetaram materialmente nossos resultados operacionais, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

(b) variações das nossas receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Para informações acerca das variações das receitas, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Para informações acerca do impacto da deflação na receita líquida, inflação nos custos e taxa de juros no resultado financeiro, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras***(a) da introdução ou alienação de segmento operacional**Em R\$ milhões:*

Descrição	Varejo		Atacado de autosserviços		Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas		GRUPO ÉXITO		OUTROS NEGÓCIOS		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Receita líquida de vendas	26.654	26.490	27.797	22.898	0	0	2.151	0	33	0	56.635	49.388
Ativo circulante	8.002	7.529	5.290	4.176	0	29.144	6.590	0	10	0	19.892	40.849
Ativo não circulante	15.568	15.138	7.475	6.001	0	0	15.030	0	26	0	38.099	21.139
Passivo circulante	11.557	8.358	4.317	5.296	0	23.933	7.252	0	9	0	23.135	37.587
Passivo não circulante	9.725	9.834	2.295	1.408	0	0	9.324	0	1	0	21.345	11.242
Patrimônio líquido	2.288	4.475	6.153	3.473	0	5.211	5.044	0	26	0	13.511	13.159

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs***(b) da constituição, aquisição ou alienação de participação societária******(i) Cheftime e James Delivery***

Em 2018, a Companhia adquiriu a totalidade das ações do James Delivery, que é uma empresa de entregas e, em 2019, a Companhia adquiriu o controle da Cheftime, que fornece kits gastronômicos. Os ativos líquidos de tais empresas (representando cerca de R\$1 milhão) e as considerações pela aquisição foram mensuradas e concluídas durante 2019.

(ii) Aquisição Almacenes Éxito (“Grupo Éxito”)

Em 26 de junho de 2019, foi apresentada em reunião do Conselho de Administração do GPA, uma recomendação do acionista controlador final da Companhia, Casino, com o objetivo de simplificação da estrutura do Casino na América Latina, melhora significativa na governança e aumento da base de potenciais investidores.

As transações sob controle comum não têm previsão no IFRS, no entanto as transações com finalidade meramente de reorganização societária foram tratadas a custo historicamente pela Companhia. A transação de aquisição do Grupo Éxito diferiu de uma reorganização pois teve característica mercantil, sendo feita a valor de mercado validado por comitês de avaliação, envolveu uma oferta pública lançada pelo GPA, por meio de sua subsidiária Sendas, com vistas à aquisição, em dinheiro, de até a totalidade das ações do Éxito, sociedade de capital aberto localizada na Colômbia. Em virtude da existência de substância econômica, a Companhia aplicou o CPC 15R / IFRS 3R.

A transação envolveu ainda a aquisição pelo Casino da totalidade das ações de controle de emissão do GPA até então detidas indiretamente pelo Éxito ao preço de R\$113 reais por ação.

Em 23 de julho de 2019, foi divulgado fato relevante comunicando que o Conselho de Administração do GPA, com base na recomendação favorável do Comitê Especial Independente e dentro do intervalo de preço recomendado originalmente pela diretoria executiva do GPA, aprovou que sua subsidiária operacional Sendas autorizasse o lançamento de uma oferta pública (“OPA”) com vistas à aquisição, em dinheiro, de até a totalidade das ações de Éxito, ao preço de 18.000 pesos colombianos por ação (equivalentes a R\$21,68 reais na data da aquisição).

Em continuidade a transação, em 12 de setembro de 2019 foi aprovada pelo Conselho de Administração e pela assembleia geral de acionistas do Éxito a venda de sua participação indireta no GPA para o Casino nos termos anteriormente divulgados.

Em 27 de novembro de 2019, a OPA foi encerrada e a Companhia passou a deter 96,57% de participação no capital de Éxito. O encerramento da OPA representou um desembolso pela Sendas de 7.780 bilhões de pesos colombianos (valor equivalente a R\$9,5 bilhões (levando em conta a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2019).

O Grupo Éxito opera mais de 650 lojas na Colômbia, Uruguai e Argentina, além de explorar shopping centers, ter investimento significativo em empresa de fidelidade e financeira, além de explorar marcas próprias.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs*(c) dos eventos ou operações não usuais**(i) Venda da subsidiária Via Varejo*

Em 23 de novembro de 2016 foi aprovado pelo Conselho de Administração o processo de alienação da participação da Companhia no capital social da Via Varejo, em linha com a sua estratégia de longo prazo de focar no desenvolvimento do setor alimentar.

Ao longo de 2018 a Companhia buscou ativamente a venda a potenciais investidores estratégicos que não se completou até 31 de dezembro de 2018 por fatores externos fora do controle da Companhia, entre outros, ao cenário macroeconômico. O Conselho de Administração ampliou as alternativas de venda determinando a conclusão até 31 de dezembro de 2019, incluindo a possibilidade de venda da participação por meio de operações no mercado de capitais.

Em novembro de 2018, foi concluído o processo de migração da listagem das ações da Via Varejo para o segmento Novo Mercado da B3.

Dentro deste novo contexto, na mesma reunião o Conselho de Administração, autorizou a alienação de 50.000.000 de ações ordinárias da Via Varejo, correspondente a 3,86% do seu capital social, por meio de uma transação de TRS (Total Return Swap) com instituição financeira de primeira linha (nota 17.10 das demonstrações financeiras), por meio da qual tais ações foram vendidas em operações diárias conduzidas pelo banco. Este contrato foi liquidado ao fim de fevereiro de 2019.

O Conselho de Administração aprovou no dia 20 de fevereiro de 2019 a celebração de novo contrato de TRS, autorizando a alienação de 40.000.000 (quarenta milhões) de ações ordinárias da Via Varejo detidas pela Companhia, correspondentes a 3,09% do capital social da Via Varejo.

As operações de TRS não implicam na alteração da composição do controle ou na estrutura administrativa da Via Varejo.

A Companhia concluiu o processo de venda iniciado em 23 de novembro de 2016, através de leilão em 14 de junho de 2019 realizado na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, pelo preço de R\$4,90 reais por ação, totalizando R\$2.300 milhões, em linha com a sua estratégia de longo prazo de focar no desenvolvimento do setor alimentar. O ganho apurado na venda de R\$398 milhões, líquido do imposto de renda de R\$199 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor*****(a) mudanças significativas nas práticas contábeis*****CPC 06 (R2) - Obrigações de arrendamento mercantil**

Na celebração de contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transfere o direito de controlar o uso de ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação.

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam substancialmente entre 5 e 25 anos.

Não há itens que alterem significativamente as demonstrações financeiras de 2017, 2018 e 2019, exceto para os efeitos da aplicação do CPC 31/ IFRS 5 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada, CPC 47/ IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes, CPC – 48/ IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e CPC 06 (R2)/ IFRS 16 – Arrendamento mercantil.

A Companhia adotou retrospectivamente o CPC 47/ IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes e o CC 48/ IFRS 9 – Instrumentos Financeiros a partir de 1 de janeiro de 2016, com impactos nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2017, balanços patrimoniais, demonstrações dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado. Os efeitos em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$ 54 milhões no resultado e R\$ 250 milhões no patrimônio líquido. Além de uma reclassificação para fins do CPC 47 aumentando o custo das mercadorias vendidas e diminuindo as despesas com vendas e administrativas em R\$ 285 milhões em 2017 e R\$279 milhões em 2016.

A Companhia optou pela adoção da abordagem retrospectiva completa do CPC 06 (R2) / IFRS16 como método de transição em 1º de janeiro de 2019, com efeitos desde o início do primeiro período praticável e consequentemente, os períodos comparativos estão sendo reapresentados. A Companhia considerou os efeitos da aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS16 no tocante o uso da taxa incremental nominal, à inclusão dos impostos incidentes sobre os pagamentos de arrendamento e o prazo de benfeitorias em imóveis de terceiros em que foram consideradas as benfeitorias significativas individualmente por contrato sobre a decisão de extensão do prazo contratual razoavelmente certo. Caso o Grupo tivesse adotado a metodologia de cálculo projetando a inflação embutida na taxa incremental nominal e trazendo ao valor presente pela taxa incremental nominal, o percentual médio de inflação a projetar por ano seria de aproximadamente 5,7%. O prazo médio dos contratos considerados é de 13,4 anos. Para as subsidiárias internacionais a taxa incremental nominal média é de 7,5% com 3,5% de inflação embutida. O prazo médio dos contratos considerados é de 9,2 anos.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfasesA Companhia e suas subsidiárias como arrendatárias

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de aluguel de um direito de uso, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de valor individual do ativo abaixo de US\$5 mil.

Os contratos são então registrados, quando do início do arrendamento, como Passivo de Arrendamento em contrapartida ao Direito de Uso, ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento.

Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do período.

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicáveis.

(c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas no relatório do nosso auditor independente com relação às nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Políticas contábeis críticas

Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

1) Redução ao valor recuperável – impairment

Conforme método divulgado na nota explicativa nº 4.9, a Companhia efetuou teste para verificar os ativos que poderiam não ser recuperáveis e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, com base nos testes efetuados, não houve a necessidade de reconhecimento de perda.

a) Teste de recuperação dos ativos operacionais das lojas

O procedimento para verificação de não realização consistiu no agrupamento de ativos operacionais e intangíveis (como fundo de comércio) diretamente atribuíveis às lojas. Os passos do teste foram os seguintes:

- Passo 1: comparou-se o valor contábil em imóveis das lojas alugadas com um múltiplo de venda (30% a 35%) representativo de transações entre empresas de varejo. Para as lojas com valor de múltiplo inferior ao valor contábil, passamos a um método mais detalhado, descrito no Passo 2.
- Passo 2: a Companhia considera o maior valor entre os fluxos de caixa descontados utilizando o crescimento de perpetuidade de 4,8% (5,5% em 2018) para os períodos que excedem os cinco anos e taxa de desconto de 8,4% (10,1% em 2018) ou laudos de avaliação preparados por especialistas independentes para as lojas próprias.

b) Teste de recuperação de intangíveis de vida útil indefinida

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio e as marcas adquiridos por meio de combinações de negócios e licenças com duração indefinida foi alocado às UGCs, que também são segmentos operacionais que divulgam informações. Os segmentos são: varejo e atacarejo.

O valor recuperável dos segmentos é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração para os próximos três anos. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 8,4%(10,1% em 2018), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 4,8% (5,5% em 31 de dezembro de 2018).

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

2) Impostos sobre a renda

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios do Grupo, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas, ou as futuras alterações dessas premissas, podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia e suas subsidiárias constituem provisões, com base em estimativas razoáveis, para os impostos devidos. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem se referir a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável e os créditos tributários poderão ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, de acordo com o planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

Para os casos em que não se consegue justificar a realização de benefícios, o potencial de crédito de imposto de renda e da contribuição social diferidos é baixado. Esses prejuízos não têm prazo prescricional, mas sua utilização, conforme definida em lei, é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício para as entidades legais brasileiras, e referem-se às suas subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos. A nota explicativa nº 20 fornece outros detalhes sobre impostos.

3) Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 (IFRS 13), que determina certas técnicas de avaliação, entre as quais o modelo do fluxo de caixa descontado. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado e no encerramento dos exercícios.

No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes,

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

o “benchmarking” do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

4) Pagamentos com base em ações

A Companhia mensura os custos das transações de funcionários elegíveis à remuneração com base em ações, fundamentado no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento com base em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e das condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes. As premissas e os modelos adotados na estimativa do valor justo referente às operações de pagamento com base em ações estão evidenciadas na nota explicativa nº 25.d.

5) Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas subsidiárias são partes em diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 22) e as provisões para as demandas judiciais são constituídas para todas as causas que representem expectativa de perdas prováveis e estimadas com certo grau de razoabilidade. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos.

6) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A subsidiária Via Varejo, para calcular a perda estimada da carteira de financiamento ao consumidor CDCI utiliza a análise de crédito realizada no momento da venda, bem como as movimentações de vencimento subsequentes da carteira, a partir de 60 dias. A variação do desemprego também é observada nessa estimativa.

7) Tributos a recuperar

A Companhia e suas subsidiárias possuem saldos de impostos a recuperar principalmente relacionados a ICMS, ICMS de Substituição Tributária – ST, PIS e COFINS. A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos pelas empresas do Grupo. Vide nota explicativa nº 10 para maiores detalhes dos créditos e sua compensação.

8) Estoques

Os estoques estão mensurados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o seu valor de realização, computados pelo custo ponderado médio. O valor líquido de realização é calculado pelo preço médio de venda, deduzido de: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente à venda; (iii) custo da mercadoria; e (iv) demais custos necessários

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

para trazer a mercadoria em condição de venda. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas de perda por roubo, furto, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, incluindo produtos de mostruário

9) Combinação de negócio

Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado como a soma entre a contraprestação transferida, mensurada ao valor justo na data da aquisição, e o montante remanescente de participação dos acionistas não controladores na empresa adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente mensura a participação dos acionistas não controladores na adquirida a valor justo ou pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Os custos de aquisição incorridos são tratados como despesa e incluídos nas despesas administrativas.

Quando a Companhia adquire um negócio, ela avalia os ativos adquiridos e passivos financeiros assumidos para a apropriada classificação e designação segundo os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data da aquisição. Isso inclui a separação dos derivativos embutidos em contratos pela empresa adquirida.

Qualquer pagamento contingente a ser transferido pelo adquirente será reconhecido ao valor justo na data da aquisição. Mudanças subsequentes no valor justo do pagamento contingente considerado como um ativo ou passivo serão reconhecidas por meio do resultado.

O ágio é inicialmente mensurado ao custo, sendo o excedente entre a contraprestação transferida e o montante reconhecido de participação dos acionistas não controladores sobre os ativos adquiridos e os passivos assumidos. Caso esse pagamento seja menor que o valor justo dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida no resultado como ganho por compra vantajosa.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzido de eventuais perdas por não recuperação. Para fins de teste de perda do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data da aquisição, alocado a cada uma das UGCs da Companhia que devem se beneficiar da combinação de negócio realizada, independentemente se outros ativos ou passivos da adquirida forem atribuídos a essas UGCs.

Em casos nos quais o ágio faça parte de uma UGC e parte da operação dentro dessa unidade é vendida, o ágio associado à operação vendida é incluído no montante contábil da operação na determinação do lucro ou prejuízo auferido com a venda da operação. O ágio assim disposto é mensurado com base nos valores relativos da operação vendida e da parte da UGC que foi mantida.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**10) Arrendamento**

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam substancialmente entre 5 e 25 anos.

A Companhia e suas subsidiárias como arrendatárias

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de aluguel de um direito de uso, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de valor individual do ativo abaixo de US\$5 mil.

Os contratos são então registrados, quando do início do arrendamento, como Passivo de Arrendamento em contrapartida ao Direito de Uso (notas nº 15 e 16), ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento.

Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do período.

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

A Companhia e suas subsidiárias como arrendadoras

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como receitas nos exercícios em que são auferidos.

Os contratos de arrendamento mercantil totalizaram R\$8.667 em 31 de dezembro de 2019 (R\$5.787 em 31 de dezembro de 2018), de acordo com o quadro a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

	Consolidado		
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
Passivo de arrendamento mercantil financeiro - pagamentos mínimos de aluguel:			
Até 1 ano	937	507	445
De 1 a 5 anos	2.936	1.956	1.597
Mais de 5 anos	4.794	3.324	3.225
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	8.667	5.787	5.267
Encargos futuros de financiamento	8.007	6.780	6.713
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	16.674	12.567	11.980

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

a) Arrendamento operacional

(i) Pagamentos contingentes

A Administração considera o pagamento de aluguéis adicionais como pagamentos contingentes, que variam entre 0,1% e 4,5% das vendas.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Despesas (receitas) do exercício:				
Pagamentos não contingentes e contingentes	10	11	38	31
Subarrendamentos (*)	(210)	(180)	(230)	(191)

(*) Refere-se, principalmente, aos contratos de aluguéis a receber das galerias comerciais.

b) Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro totalizaram conforme o quadro a seguir:

Nota: Vide explicação quanto a adoção do CPC06/IFRS 16 a partir de 1/1/2019 no item 10.4 deste formulário de referência ou nota 6 das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Passivo de arrendamento mercantil financeiro - pagamentos mínimos de aluguel:				
Até 1 ano	533	431	937	507
De 1 a 5 anos	1.663	1.643	2.936	1.956
Mais de 5 anos	2.725	2.596	4.794	3.324
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	4.921	4.670	8.667	5.787
Encargos futuros de financiamento	5.466	5.688	8.007	6.780
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	10.387	10.358	16.674	12.567

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A Diretoria esclarece que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2019 ou de 31 de dezembro de 2018.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Diretoria esclarece que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2019 ou de 31 de dezembro de 2018.

(iv) contratos de construção não terminada

A Diretoria esclarece que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2019 ou de 31 de dezembro e 2018.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Diretoria esclarece que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2019 ou de 31 de dezembro de 2018.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras, além dos mencionados no item 10.6(a) acima.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia;

De acordo com as normas contábeis vigentes, a Companhia divulga em suas demonstrações financeiras consolidadas todas as transações relevantes da qual é parte, ou retenha qualquer risco por conta de participação societária ou contrato. Não há transações ou operações não evidenciadas nas demonstrações financeiras que possam impactar a Companhia significativamente.

(b) natureza e o propósito da operação;

Não aplicável.

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação.

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 Plano de negócios

A Companhia reforça aos seus acionistas e ao mercado em geral que o seu plano de negócios foi elaborado em um cenário anterior ao início da pandemia do COVID-19 no Brasil. De tal forma, a Companhia reserva-se no direito de alterar o plano de negócios a qualquer momento, a depender das medidas adotadas pelo Governo para conter o seu avanço.

(a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O Plano de Investimentos para o Multivarejo, GPA Malls, Assaí e o Grupo Éxito para o ano de 2020 totaliza até R\$ 1,5 bilhão, líquido da venda de imobilizado, para (i) conversão, abertura e reforma de lojas; (ii) infraestrutura em TI, logística e outros projetos de melhoria da eficiência; (iii) inovação e transformação digital e (iv) *real estate*.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia obtém recursos para as operações e investimentos, principalmente, por meio do nosso fluxo de caixa operacional, reserva de expansão, orçamento de capital, empréstimos bancários, antecipação de recebíveis, financiamentos obtidos junto ao BNDES, além de captação de recursos no mercado de capitais mediante a emissão de debêntures, CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio), notas promissórias e monetização de ativos maduros.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

A Companhia celebrou, em fevereiro de 2020, “Contrato de Compra e Venda de Ativos, com Compromisso de Compra e Venda de Imóveis e Outras Avenças, com Cláusula Suspensiva” com Cia Beal de Alimentos e a West Capital Administração de Bens Ltda., visando à, sujeito à verificação de determinadas condições precedentes, transferência, por parte da Companhia, dos pontos comerciais e demais ativos de 4 lojas da Companhia situadas na cidade de Curitiba/PR. A operação foi devidamente apresentada ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), onde aguarda tramitação.

Ademais, conforme divulgado em Fato Relevante no dia 05 de março de 2020, a Companhia celebrou transação de *Sale and Leaseback* com fundos de investimento administrados pela BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e geridos pela TRX Gestora de Recursos Ltda., mediante a assinatura de “Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Imóveis e de Instituição de Direito Real de Superfície” (“Instrumento”). O Instrumento tinha por objeto a venda de 43 imóveis do GPA, localizados nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Piauí e Paraíba e no Distrito Federal (“Imóveis”), pelo valor total de R\$ 1.245.885.000,00, observado que as partes celebrarão contratos de locação para cada um dos Imóveis, na data de fechamento da transação, cujos termos já estão definidos em minutas anexas ao Instrumento.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Sem prejuízo das demais disposições do Instrumento, conforme divulgado pela Companhia em Fatos Relevantes datados de 29 de maio de 2020, 29 de junho de 2020 e 22 de julho de 2020, as partes concordaram em excluir da operação dois imóveis de valor não relevante para o volume total, de modo que o Instrumento passou a tratar da alienação de 41 imóveis ao todo.

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia já havia concluído a alienação de 28 imóveis à TRX no âmbito do Instrumento, por um valor de R\$949.701.530,95, sendo 5 na primeira tranche (conforme divulgado pela Companhia em Fato Relevante de 29 de maio de 2020), 7 na segunda tranche (conforme divulgado pela Companhia em Fato Relevante de 29 de junho de 2020) e 16 na terceira tranche (conforme divulgado pela Companhia em Fato Relevante de 22 de julho de 2020). Os imóveis alienados até o momento, localizados nos estados de São Paulo, Pernambuco, Goiás, Paraíba, Sergipe, Piauí, Rio de Janeiro e no Distrito Federal, integravam as bandeiras Assaí, Extra Hiper, Mercado Extra e Pão de Açúcar.

Em 30 de julho de 2020, a TRX realizou o pagamento de sinal referente à 4ª e última tranche do Instrumento, no valor de R\$15.000.000,00, para aquisição dos 13 imóveis restantes. A transferência dos imóveis remanescentes deverá ocorrer até 30 de agosto de 2020, com o recebimento de um valor total de R\$260.656.415,94 (já incluindo o sinal mencionado acima) pela Companhia.

A operação está em linha com a estratégia de monetização de ativos maduros do GPA, contribuindo para (i) a redução da dívida líquida, (ii) o reforço da estrutura de capital e aumento do retorno sobre o capital empregado, e (iii) a aceleração da conversão de lojas da bandeira Extra Hiper para a bandeira Assaí.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade operacional.

Não há eventos a divulgar.

(c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 Outros fatores com influência relevante**

A Companhia não tem conhecimento sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o seu desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta Seção 10.